



2º SIMULADO ESPECIAL

SEFAZ SP

Auditor Fiscal da Receita Estadual
Gestão Tributária - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFAZ-SP**, cargo de **Auditor Fiscal da Receita Estadual - Gestão Tributária**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/YPd9g87x8vqME7UFA>

1 - ABCDE	27 - ABCDE	53 - ABCDE	79 - ABCDE	105 - ABCDE	131 - ABCDE	157 - ABCDE	183 - ABCDE	209 - ABCDE	235 - ABCDE
2 - ABCDE	28 - ABCDE	54 - ABCDE	80 - ABCDE	106 - ABCDE	132 - ABCDE	158 - ABCDE	184 - ABCDE	210 - ABCDE	236 - ABCDE
3 - ABCDE	29 - ABCDE	55 - ABCDE	81 - ABCDE	107 - ABCDE	133 - ABCDE	159 - ABCDE	185 - ABCDE	211 - ABCDE	237 - ABCDE
4 - ABCDE	30 - ABCDE	56 - ABCDE	82 - ABCDE	108 - ABCDE	134 - ABCDE	160 - ABCDE	186 - ABCDE	212 - ABCDE	238 - ABCDE
5 - ABCDE	31 - ABCDE	57 - ABCDE	83 - ABCDE	109 - ABCDE	135 - ABCDE	161 - ABCDE	187 - ABCDE	213 - ABCDE	239 - ABCDE
6 - ABCDE	32 - ABCDE	58 - ABCDE	84 - ABCDE	110 - ABCDE	136 - ABCDE	162 - ABCDE	188 - ABCDE	214 - ABCDE	240 - ABCDE
7 - ABCDE	33 - ABCDE	59 - ABCDE	85 - ABCDE	111 - ABCDE	137 - ABCDE	163 - ABCDE	189 - ABCDE	215 - ABCDE	241 - ABCDE
8 - ABCDE	34 - ABCDE	60 - ABCDE	86 - ABCDE	112 - ABCDE	138 - ABCDE	164 - ABCDE	190 - ABCDE	216 - ABCDE	242 - ABCDE
9 - ABCDE	35 - ABCDE	61 - ABCDE	87 - ABCDE	113 - ABCDE	139 - ABCDE	165 - ABCDE	191 - ABCDE	217 - ABCDE	243 - ABCDE
10 - ABCDE	36 - ABCDE	62 - ABCDE	88 - ABCDE	114 - ABCDE	140 - ABCDE	166 - ABCDE	192 - ABCDE	218 - ABCDE	244 - ABCDE
11 - ABCDE	37 - ABCDE	63 - ABCDE	89 - ABCDE	115 - ABCDE	141 - ABCDE	167 - ABCDE	193 - ABCDE	219 - ABCDE	245 - ABCDE
12 - ABCDE	38 - ABCDE	64 - ABCDE	90 - ABCDE	116 - ABCDE	142 - ABCDE	168 - ABCDE	194 - ABCDE	220 - ABCDE	246 - ABCDE
13 - ABCDE	39 - ABCDE	65 - ABCDE	91 - ABCDE	117 - ABCDE	143 - ABCDE	169 - ABCDE	195 - ABCDE	221 - ABCDE	247 - ABCDE
14 - ABCDE	40 - ABCDE	66 - ABCDE	92 - ABCDE	118 - ABCDE	144 - ABCDE	170 - ABCDE	196 - ABCDE	222 - ABCDE	248 - ABCDE
15 - ABCDE	41 - ABCDE	67 - ABCDE	93 - ABCDE	119 - ABCDE	145 - ABCDE	171 - ABCDE	197 - ABCDE	223 - ABCDE	249 - ABCDE
16 - ABCDE	42 - ABCDE	68 - ABCDE	94 - ABCDE	120 - ABCDE	146 - ABCDE	172 - ABCDE	198 - ABCDE	224 - ABCDE	250 - ABCDE
17 - ABCDE	43 - ABCDE	69 - ABCDE	95 - ABCDE	121 - ABCDE	147 - ABCDE	173 - ABCDE	199 - ABCDE	225 - ABCDE	251 - ABCDE
18 - ABCDE	44 - ABCDE	70 - ABCDE	96 - ABCDE	122 - ABCDE	148 - ABCDE	174 - ABCDE	200 - ABCDE	226 - ABCDE	252 - ABCDE
19 - ABCDE	45 - ABCDE	71 - ABCDE	97 - ABCDE	123 - ABCDE	149 - ABCDE	175 - ABCDE	201 - ABCDE	227 - ABCDE	253 - ABCDE
20 - ABCDE	46 - ABCDE	72 - ABCDE	98 - ABCDE	124 - ABCDE	150 - ABCDE	176 - ABCDE	202 - ABCDE	228 - ABCDE	254 - ABCDE
21 - ABCDE	47 - ABCDE	73 - ABCDE	99 - ABCDE	125 - ABCDE	151 - ABCDE	177 - ABCDE	203 - ABCDE	229 - ABCDE	255 - ABCDE
22 - ABCDE	48 - ABCDE	74 - ABCDE	100 - ABCDE	126 - ABCDE	152 - ABCDE	178 - ABCDE	204 - ABCDE	230 - ABCDE	256 - ABCDE
23 - ABCDE	49 - ABCDE	75 - ABCDE	101 - ABCDE	127 - ABCDE	153 - ABCDE	179 - ABCDE	205 - ABCDE	231 - ABCDE	257 - ABCDE
24 - ABCDE	50 - ABCDE	76 - ABCDE	102 - ABCDE	128 - ABCDE	154 - ABCDE	180 - ABCDE	206 - ABCDE	232 - ABCDE	258 - ABCDE
25 - ABCDE	51 - ABCDE	77 - ABCDE	103 - ABCDE	129 - ABCDE	155 - ABCDE	181 - ABCDE	207 - ABCDE	233 - ABCDE	259 - ABCDE
26 - ABCDE	52 - ABCDE	78 - ABCDE	104 - ABCDE	130 - ABCDE	156 - ABCDE	182 - ABCDE	208 - ABCDE	234 - ABCDE	260 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/Tth6>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO 1****Juízo de valor**

Um juízo de valor tem como origem uma percepção individual: alguém julga algo ou outra pessoa tomando por base o que considera um critério ético ou moral. Isso significa que diversos indivíduos podem emitir diversos juízos de valor para uma mesma situação, ou julgar de diversos modos uma mesma pessoa. Tais controvérsias são perfeitamente naturais; o difícil é aceitá-las com naturalidade para, em seguida, discuti-las. Tendemos a fazer do nosso juízo de valor um atestado de realidade: o que dissermos que é, será o que dissermos. Em vez da naturalidade da controvérsia a ser ponderada, optamos pela prepotência de um juízo de valor dado como exclusivo.

Com o fenômeno da expansão das redes sociais, abertas a todas as manifestações, juízos de valor digladiam-se o tempo todo, na maior parte dos casos sem proveito algum. Sendo imperativa, a opinião pessoal esquiva-se da controvérsia, pula a etapa da mediação reflexiva e instala-se no posto da convicção inabalável. À falta de argumentos, contrapõem-se as paixões do ódio, do ressentimento, da calúnia, num triste espetáculo público de intolerância.

Constituem uma extraordinária orientação para nós todos estas palavras do grande historiador Eric Hobsbawm: “A primeira tarefa do historiador não é julgar, mas compreender, mesmo o que temos mais dificuldade para compreender. O que dificulta a compreensão, no entanto, não são apenas as nossas convicções apaixonadas, mas também a experiência histórica que as formou.” A advertência de Hobsbawm não deve interessar apenas aos historiadores, mas a todo aquele que deseja dar consistência e legitimidade ao juízo de valor que venha a emitir.

(Péricles Augusto da Costa, inédito)

1. As informações do texto permitem concluir que os juízos de valor

- a) são naturalmente controversos porque exprimem pontos de vista essencialmente subjetivos.
- b) mostram a capacidade humana de elaboração para lidar com situações difíceis.
- c) expressam a prepotência das pessoas que se negam a discuti-los.
- d) correspondem a verdades absolutas que a própria realidade não é suficiente para comprovar.
- e) revelam percepções corretas do que se considera a verdade dos fatos.

2. De acordo com o texto, conforme os ensinamentos do historiador Hobsbawm, para amenizar o embate entre juízos de valor nas redes sociais, é necessário

- a) evitar o julgamento de fenômenos sociais de difícil interpretação, especialmente os que não são contemporâneos.
- b) aceitar como legítimos os juízos de valor já consolidados na tradição historiográfica.
- c) definir qual o juízo de valor a ser adotado como padrão para a compreensão de um fato.
- d) pressupor que a compreensão de um fato histórico depende do aprofundado estudo acadêmico.
- e) examinar as condições históricas que determinam a atribuição de sentido ao objeto de julgamento.

3. Consideradas as ideias expostas no texto, identifica-se uma oposição entre:

- a) a multiplicidade de opiniões e a impossibilidade de qualquer forma de julgamento ético.
- b) a espontaneidade das redes sociais e o silenciamento das manifestações individuais.
- c) a experiência histórica formadora de convicções e a subjetividade dos juízos de valor.
- d) a compreensão reflexiva da realidade e a imposição dogmática de juízos de valor.
- e) a crítica fundamentada e a irrelevância dos argumentos racionais no debate público.

[...] *Tais controvérsias são perfeitamente naturais; o difícil é aceitá-las com naturalidade para, em seguida, discuti-las.* [...] (1º parágrafo)

4. O termo sublinhado, no fragmento acima do primeiro parágrafo, refere-se a

- a) percepção individual
- b) diversos indivíduos
- c) situação
- d) pessoas
- e) controvérsias

Em vez da naturalidade da controvérsia a ser ponderada, optamos pela prepotência de um juízo de valor dado como exclusivo. (1º parágrafo)

5. Considerado o contexto, a palavra sublinhada aproxima-se, pelo sentido, de:

- a) individual
- b) pessoal
- c) absoluto
- d) incomum
- e) peculiar

Sendo imperativa, a opinião pessoal esquiva-se da controvérsia, pula a etapa da mediação reflexiva e instala-se no posto da convicção inabalável. (2º parágrafo)

6. A relação estabelecida pela oração subordinada “*Sendo imperativa*” (2º parágrafo) em relação à principal é de:

- a) consequência
- b) causa
- c) finalidade
- d) condição
- e) tempo

7. Considerando o contexto, traduz-se o sentido de um segmento do texto em:

- a) emitir diversos juízos de valor = formular julgamentos análogos
- b) julgar de diversos modos uma mesma pessoa = interpretar diversas pessoas sob a mesma perspectiva.
- c) prepotência de um juízo de valor = imodéstia de julgamentos pessoais.
- d) abertas a todas as manifestações = disponíveis ao público
- e) posto da convicção inabalável = espaço de dúvida irredutível.

À falta de argumentos, contrapõem-se as paixões do ódio, do ressentimento

8. O trecho sublinhado exerce, no contexto, a mesma função sintática do trecho sublinhado em:

- a) Um juízo de valor tem como origem uma percepção individual
- b) o que considera um critério ético ou moral
- c) diversos indivíduos podem emitir diversos juízos de valor para uma mesma situação
- d) Tendemos a fazer do nosso juízo de valor um atestado de realidade
- e) Constituem uma extraordinária orientação para nós todos

TEXTO 2

A cidade como mundo, ou o mundo como cidade

Por Fabrício Carpinejar

Minha infância não foi globalizada. Não havia internet, redes sociais, celular. Eu mal saía do meu bairro. Minha experiência pode parecer tacanha à nova geração que se desloca para longe desde o berço, que fala com gente de qualquer parte, que tem o inglês como um segundo idioma básico.

Mas eu ainda prefiro ter a cidade como meu mundo a ter o mundo como cidade, diferentemente de quem nasceu depois dos anos 2000.

Hoje você tem mais facilidades de adaptação, de comunicação, de locomoção. Só que não sossega num lugar fixo. Não tem um lugar sagrado, uma residência definitiva. Não conhece sua cidade “como quem examinasse a anatomia de um corpo”, para lembrar verso emblemático de Mario Quintana.

Você é de todos os lugares, e um turista do seu berço natal. Não se apegou à atmosfera de um parque ou de uma praça. Não treinou a falta. Não gritou “cheguei” abrindo a porta de casa. Não sofreu picos de nostalgia com uma mudança. Não chorou por um amor perdido. Não suspirou pela primavera das árvores mudando a cor da calçada e dos passos com suas folhas alaranjadas. Não namorou no drive-in da orla, com o sol descendo na tela do Guaiá.

9. Considere os trechos abaixo.

I. Eu mal saía do meu bairro.

II. Mas eu ainda prefiro ter a cidade como meu mundo a ter o mundo como cidade

III. Você é de todos os lugares, e um turista do seu berço natal.

Identifica-se sentido denotativo no(s) termo(s) sublinhado(s) APENAS em:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

10. A mobilidade e a conectividade atuais enfraquecem a construção de pertencimento, tal como expressamente entende o autor quando se refere à

- a) sua infância sem internet, redes sociais e celular.
- b) frase de Mário Quintana sobre conhecer a própria cidade.
- c) possibilidade de sua experiência parecer ultrapassada.
- d) oportunidade de a nova geração conversar com pessoas de todo o mundo.
- e) língua inglesa como idioma global.

Mas eu ainda prefiro ter a cidade como meu mundo a ter o mundo como cidade, diferentemente de quem nasceu depois dos anos 2000.

11. Na frase acima, a oração sublinhada complementa o sentido de um

- a) advérbio, e pode ser substituída por um substantivo.
- b) verbo, e pode ser substituída por um substantivo.
- c) substantivo, e pode ser substituída por um pronome.
- d) verbo, e pode ser substituída por um advérbio.
- e) substantivo, e pode ser substituída por um advérbio.

12. É inteiramente regular a pontuação da frase:

- a) Nos dias de hoje os jovens têm mais facilidades para se comunicar, com pessoas de qualquer lugar do mundo.
- b) Essa nova geração, não se detém em um lugar fixo, não cria raízes, e atravessa o mundo com pressa.
- c) A cidade que marcou a minha infância, permanece viva na memória afetiva.
- d) Quem nasce conectado desde cedo aprende a olhar o mundo, com mais distância afetiva.
- e) Quem é de todos os lugares, acaba sendo um estrangeiro no próprio bairro.

13. Está plenamente adequada a colocação pronominal na frase:

- a) Não apegou-se às memórias da infância como deveria.
- b) Quando lembrar-me do bairro antigo, sentirei uma saudade funda.
- c) Com muita nostalgia, se lembrava da praça onde brincava.
- d) Talvez recorde-se das tardes lentas na casa dos avós.
- e) Ninguém me contou histórias como aquelas.

14. Considere os seguintes trechos:

- Minha experiência pode parecer tacaña à nova geração... (1º parágrafo)
- Mas eu ainda prefiro ter a cidade como meu mundo... (2º parágrafo)
- Não treinou a falta. (3º parágrafo)

Os termos sublinhados são corretamente substituídos por pronomes em:

- a) pode parecer-lhes — prefiro tê-la — Não a treinou
- b) pode parecê-la — prefiro a ter — Não a treinou
- c) pode lhes parecer — prefiro tê-la — Não treinou-a
- d) pode parecer-a — prefiro a ter — Não lhe treinou
- e) pode parecer-lhes — prefiro tê-la — Não treinou-lhe

15. A mesma regra justifica a presença de acento em todas as palavras em:

- a) básico — árvores — emblemático
- b) infância — Guaíba — inglês
- c) inglês — experiência — básico
- d) saía — experiência — residência
- e) só — Guaíba — é

TEXTO 3

De todas as vilas e arraiais vizinhos afluíam loucos à Casa Verde. Eram furiosos, eram mansos, eram monomaniacos, era toda a família dos deserdados do espírito. Ao cabo de quatro meses, a Casa Verde era uma povoação. Não bastaram os primeiros cubículos; mandou-se anexar uma galeria de mais trinta e sete. O padre Lopes confessou que não imaginara a existência de tantos doidos no mundo, e menos ainda o inexplicável de alguns casos. Um, por exemplo, um rapaz bronco e vilão, que todos os dias, depois do almoço, fazia regularmente um discurso acadêmico, ornado de tropos, de antíteses, de apóstrofes, com seus recamos de grego e latim, e suas borlas de Cícero, Apuleio e Tertuliano. O vigário não queria acabar de crer. Quê! um rapaz que ele vira, três meses antes, jogando peteca na rua!

– Não digo que não, respondia-lhe o alienista; mas a verdade é o que Vossa Reverendíssima está vendo. Isto é todos os dias.

– Quanto a mim, tornou o vigário, só se pode explicar pela confusão das línguas na torre de Babel, segundo nos conta a Escritura; provavelmente, confundidas antigamente as línguas, é fácil trocá-las agora, desde que a razão não trabalhe...

– Essa pode ser, com efeito, a explicação divina do fenômeno, concordou o alienista, depois de refletir um instante, mas não é impossível que haja também alguma razão humana, e puramente científica, e disso trato...

– Vá que seja, e fico ansioso. Realmente!

(ASSIS, Machado de. O alienista. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 24-25)

16. De acordo com o alienista, a razão divina e a razão humana

- a) excluem-se mutuamente, pois a explicação religiosa invalida qualquer tentativa científica.
- b) são igualmente improváveis, já que o fenômeno descrito não admite explicação racional.
- c) explicam o fenômeno de forma equivalente, sendo indiferente recorrer a uma ou a outra.
- d) podem coexistir como hipóteses explicativas, mas cabe à ciência investigar a dimensão humana do problema.
- e) confundem-se no discurso do alienista, que não distingue fé de investigação científica.

17. Depreende-se dos acontecimentos narrados que a Casa Verde

- a) foi criada para abrigar apenas casos extremos de insanidade comprovada.
- b) rapidamente perdeu sua função original, transformando-se em espaço de convivência voluntária.
- c) provocava perplexidade na comunidade, pelo rápido crescimento.
- d) tornou-se um local desacreditado, devido à resistência da população e do clero.
- e) era sustentada exclusivamente pela autoridade religiosa do vigário.

... provavelmente, confundidas antigamente as línguas, é fácil trocá-las agora, desde que a razão não trabalhe... (3º parágrafo)

18. No contexto em que se encontra, o elemento sublinhado expressa ideia de:

- a) causa.
- b) condição.
- c) concessão.
- d) consequência.
- e) tempo.

O padre Lopes confessou que não imaginara a existência de tantos doidos no mundo, e menos ainda o inexplicável de alguns casos. (1º parágrafo)

19. Transpondo-se a passagem acima para o discurso direto, ficará:

- a) O padre Lopes disse que: "Não imaginara a existência de tantos doidos no mundo, e menos ainda o inexplicável de alguns casos."
- b) O padre Lopes confessou: "Não imaginara a existência de tantos doidos no mundo, e menos ainda o inexplicável de alguns casos."
- c) O padre Lopes disse: "Eu não imaginava a existência de tantos doidos no mundo, e menos ainda o inexplicável de alguns casos."
- d) O padre Lopes confessou: "Ele não imaginava a existência de tantos doidos no mundo, e menos ainda o inexplicável de alguns casos."
- e) O padre Lopes confessou: "Eu não imaginei a existência de tantos doidos no mundo, e menos ainda o inexplicável de alguns casos."

20. Retoma uma expressão mencionada anteriormente no texto a palavra sublinhada em

- a) O padre Lopes confessou que não imaginara a existência de tantos doidos no mundo
- b) um rapaz que ele vira, três meses antes, jogando peteca na rua!
- c) Não digo que não, respondia-lhe o alienista

d) mas não é impossível que haja também alguma razão humana

e) é fácil trocá-las agora, desde que a razão não trabalhe

Ao cabo de quatro meses, a Casa Verde era uma povoação. Não bastaram os primeiros cubículos; mandou-se anexar uma galeria de mais trinta e sete.

21. A redação da frase acima permanecerá correta e com o sentido preservado caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- a) Durante quatro meses / incorporar uma galeria
- b) Ao longo de quatro meses / acrescentar de uma galeria
- c) Depois de quatro meses / agregar uma galeria
- d) Quatro meses depois / formar-se uma galeria
- e) No tempo de quatro meses / aglomerar uma galeria

22. Identifica-se uma causa e sua consequência, respectivamente, em:

- a) Como a Constituição diz serem os direitos sociais essenciais à busca da felicidade, alguns pensam ser possível obter a felicidade a golpes de lei.
- b) Devido ao acúmulo de chuvas no final do mês previsto para a região, João reforçou a estrutura de sua casa.
- c) Haverá felicidade coletiva quando forem adequadamente observados os itens que tornam mais feliz a sociedade.
- d) E a sociedade seria mais feliz se todos tiverem acesso aos básicos serviços públicos de saúde, educação, lazer, entre outros.
- e) A felicidade é um sentimento individual tão efêmero como variável.

23. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- a) Deve ser feito reparos sempre que constatadas rachaduras e goteiras.
- b) Não existe recomendações para quem não se importa em pagar mais pelo consumo exagerado.
- c) O funcionamento de lojas e supermercados estão em risco devido à obra.
- d) Precisam-se de investimentos em novas tecnologias meteorológicas.
- e) No relatório, relaciona-se ao aumento de desastres o aquecimento global.

24. Assinale a alternativa em que a forma verbal destacada está flexionada em conformidade com a norma-padrão.

- a) Mariza remedeia seus problemas de saúde com uma alimentação saudável.
- b) A polícia entreviu tardiamente no assalto.
- c) O autor estaria disposto a trabalhar no que lhe convisse.
- d) Se o governo propor mudanças, será possível melhorar sua imagem.
- e) Antes do jantar, a criança se entretia com jogos eletrônicos.

Louve-se a coragem dos que resistem.

25. Ao se transpor o trecho sublinhado acima para a voz passiva analítica, a forma verbal resultante será:

- a) Seria louvada
- b) Seja louvada
- c) Foi louvado
- d) É louvada
- e) Louvaram

- *Os recursos devem ser direcionados I pessoas comprometidas com o projeto.*

- *As devoluções de produtos defeituosos ficavam II cargo dos gerentes.*

- *III partir desta tarde, todas as lojas abrirão normalmente.*

26. Em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas I, II e III devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por:

- a) à — a — A
- b) à — à — A
- c) a — à — À
- d) às — a — A
- e) às — à — A

27. Analise as frases abaixo.

- 1. Este é o Parque da Cidade, ____ pista de terra batida gosto de caminhar.
- 2. Um dos lugares _____ mais ouço falar é o Parque Nacional da Tijuca.
- 3. O país _____ desejo trabalhar é este.

Assinale a alternativa que, obedecendo à regência verbal, completa corretamente os espaços.

- a) cuja – de que – que
- b) cuja – que – em que
- c) cuja a – de que – em que
- d) em cuja – em que – que
- e) em cuja – de que – em que

28. As normas de concordância verbal e nominal estão plenamente observadas na frase:

- a) Segue anexa as propostas do nosso projeto.
- b) O diretor afirmou que é necessário reflexão neste caso.
- c) O grupo de alunas pareciam bastantes envergonhadas.
- d) Há bastante alunos na sala de aula.
- e) As candidatas chegaram meia cansadas.

29. É adequada a articulação entre os tempos e os modos das formas verbais na seguinte frase:

- a) Se houver um problema mais propriamente teológico, ele seria comum às três religiões.
- b) Será preciso apurar nossos ouvidos para que fôssemos capazes de registrar as sutilezas da obra.
- c) Sempre houve povos que, por forte convicção, evitaram a guerra, ainda que fossem provocados.
- d) Melhor será se a morte não tivesse a má ideia de vir interromper nossa vida no esplendor da juventude.
- e) Se o leitor não abrir o espírito para a compreensão, muitas minúcias acabariam por lhe passar despercebidos.

30. É adequado o emprego de ambos os elementos sublinhados na frase:

- a) A negligência que nota-se hoje em muitas áreas advém da falta de profissionalismo.
- b) Pedi que perdoasse-me pelo incômodo que causei.
- c) Os girassóis, a cujo plantio ela se aplica, estão sujeitos aos efeitos da mudança do clima.
- d) Os dados pessoais tornaram-se informações valiosas nos quais empresas de marketing recorrem.
- e) Enviarei-o os pedidos a que foram solicitados.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

31. Uma microempresa de design contraiu um empréstimo de R\$ 3.000,00 para a compra de novas licenças de software. A operação foi pactuada sob o regime de juros compostos a uma taxa de 10% ao mês. O cronograma de pagamento executado pela empresa foi o seguinte: uma parcela de R\$ 1.815,00 foi paga dois meses após a contração da dívida e a quitação do saldo remanescente ocorreu um mês após o pagamento da primeira parcela.

Nessas condições, o valor da parcela final de quitação, em reais, foi:

- a) 1.964,40.
- b) 1.996,50.
- c) 2.004,20.
- d) 2.096,90.
- e) 2.221,10.

32. Uma cooperativa de crédito realizou a antecipação de uma nota promissória para um associado sob o regime de desconto comercial simples. O valor do desconto cobrado na operação foi de R\$ 4.500,00. Caso a cooperativa tivesse utilizado o critério do desconto racional simples, o valor do desconto teria sido reduzido em R\$ 900,00. Diante dessas informações, o valor nominal dessa nota promissória é de:

- a) R\$ 5.400,00
- b) R\$ 7.992,00
- c) R\$ 8.100,00
- d) R\$ 9.000,00
- e) R\$ 18.000,00

33. Uma empresa de tecnologia contraiu um empréstimo de R\$ 95.200,00 para a compra de novos servidores. O banco ofereceu uma taxa nominal de 20% ao semestre, com capitalização trimestral, no regime de juros compostos. O prazo total para a quitação dos juros é de 6 meses. O diretor financeiro deseja trocar essa dívida por outra, em uma cooperativa de crédito que opera no regime de juros simples, mantendo o capital e o prazo. Para que o valor total dos juros pagos seja exatamente o mesmo nas duas situações, a taxa de juros simples bimestral cobrada pela cooperativa deve ser de:

- a) 6,0%
- b) 6,5%
- c) 7,0%
- d) 7,5%
- e) 8,0%

34. Um condomínio residencial aprovou a compra de um gerador de energia no valor de R\$ 100.000,00. A aquisição foi financiada em 12 prestações mensais, iguais e consecutivas, sob uma taxa de juros compostos de 1,5% ao mês. Sabendo que a primeira prestação foi paga no momento da assinatura do contrato, o valor aproximado de cada prestação é igual a:

Dado: $1,015^{-12} \cong 0,84$

- a) R\$ 10.845,00.
- b) R\$ 10.398,00.
- c) R\$ 9.868,00.
- d) R\$ 9.446,00.
- e) R\$ 9.234,00.

35. Uma corporação está analisando a viabilidade de três potenciais produtos inovadores: Produto I, Produto II e Produto III. As projeções financeiras indicam os seguintes fluxos de caixa líquidos (em reais) para os momentos 0 (hoje), 1 (daqui a um ano) e 2 (daqui a dois anos), onde P representa uma constante monetária positiva ($P > 0$):

Momentos:	0	1	2
Produto I:	$P/4$	$-P$	P
Produto II:	$-P$	0	$4P$
Produto III:	0	P	$-2P$

Sejam i_I , i_{II} e i_{III} as Taxas Internas de Retorno (TIR) anuais dos produtos I, II e III, respectivamente. Desconsiderando qualquer taxa negativa, a relação correta entre as taxas é:

- a) $i_I = i_{II} = i_{III}$
- b) $i_I = i_{II} < i_{III}$
- c) $i_I > i_{II} > i_{III}$
- d) $i_I < i_{II} < i_{III}$
- e) $i_I > i_{II} = i_{III}$

36. Uma administração de condomínio obteve um financiamento de R\$ 50.000,00 para realizar uma reforma urgente na fachada do prédio. O contrato estipula a quitação da dívida em 5 prestações mensais postecipadas, calculadas pelo Sistema de Amortização Misto (SAM), com uma taxa de juros de 4% ao mês.

O síndico foi informado de que, caso optasse pelo Sistema Francês de Amortização (Tabela Price), a parcela de amortização referente à primeira prestação seria de R\$ 9.231,36. Com base nessas informações e mantendo o contrato pelo SAM, o valor da segunda prestação que o condomínio deverá pagar será, em reais, de:

- a) 11.231,36
- b) 11.415,68
- c) 11.600,00
- d) 11.615,68
- e) 12.000,00

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

37. A idade de um grupo de pessoas para talento com desenho é:

10, 3, 6, 6, 7, 7, 8, 8, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 37, 13, 40, 3, 7, 5, 12

Em relação a esse grupo, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A mediana é igual a 10.
- II. A mediana é menor do que a média.
- III. A mediana é maior do que a moda.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Maria e Carla lançam alternadamente uma moeda não-tendenciosa até que uma delas obtenha um resultado "coroa". O primeiro lançamento é feito por Maria.

Baseado no texto anterior, resolva as questões **38** e **39**.

38. Qual é a probabilidade de serem feitos, no máximo, três lançamentos?

- a) $\frac{1}{4}$
- b) $\frac{1}{8}$
- c) $\frac{3}{8}$
- d) $\frac{5}{8}$
- e) $\frac{7}{8}$

39. Calcule a probabilidade de o último lançamento ter sido feito pela Maria.

- a) $\frac{1}{2}$
- b) $\frac{1}{3}$
- c) $\frac{2}{3}$
- d) $\frac{1}{8}$
- e) $\frac{5}{8}$

40. Sabe-se que 30% dos eleitores de uma certa população votaram, na última eleição, no candidato Norberto. Se cinco eleitores forem escolhidos ao acaso, com reposição, a probabilidade de que três tenham votado no candidato Norberto é igual a:

- a) 13,23%.
- b) 14,58%.
- c) 15,04%.
- d) 16,78%.
- e) 17,64%.

41. Considerando uma variável aleatória normal padrão Z e a variável $M = 15 + 3Z$, assinale a opção correta.

- a) A moda de M é igual a 18.
- b) A média de M é igual a 3.
- c) O desvio padrão de M é igual a 15.
- d) A variância de M é igual a 9
- e) A diferença entre a mediana de M e a moda de M é igual 3

42. Seja uma amostra aleatória simples de tamanho 900 de uma variável populacional normalmente distribuída com média μ desconhecida e variância igual a 36 foi observada e indicou uma média amostral igual a 14,44. O intervalo de 95% de confiança para μ é dado por:

Dados:

Se Z tem distribuição normal padrão, $P[0 < Z < 0,45] = 1,64$; $P[0 < Z < 0,475] = 2$; $P[0 < Z < 0,49] = 2,33$

- a) (13,86 , 15,24)
- b) (14,04 , 14,84)
- c) (14,40 , 14,80)
- d) (13,44 , 15,44)
- e) (12,44 , 16,44)

43. Uma amostra aleatória de 900 eleitores revelou 64% de preferências pelo candidato Norberto.

O intervalo de 95% de confiança para a proporção de eleitores que preferem Norberto é:

Se Z tem distribuição normal padrão, $P[0 < Z < 0,45] = 1,64$; $P[0 < Z < 0,475] = 2$; $P[0 < Z < 0,49] = 2,33$

- a) $64\% \pm 0,4\%$
- b) $64\% \pm 0,8\%$
- c) $64\% \pm 1,6\%$
- d) $64\% \pm 3,2\%$
- e) $64\% \pm 6,4\%$

44. Qual é o tamanho mínimo que deve ter uma amostra aleatória simples para estimar, com 95% de confiança e erro de 1%, a preferência do eleitorado pelo candidato Norberto?

Se Z tem distribuição normal padrão, $P[0 < Z < 0,45] = 1,64$; $P[0 < Z < 0,475] = 2$; $P[0 < Z < 0,49] = 2,33$

- a) 836
- b) 1024
- c) 2500
- d) 7200
- e) 10000

45. Uma empresa de fabricação de chips afirma que a vida média do seu CHIP MASTER é igual a 100 horas. Um pesquisador dessa atividade resolveu testar a afirmação da empresa e fez um teste estatístico com as hipóteses nula e alternativa iguais a $H_0: \mu = 100$ e $H_1: \mu < 100$. Análises históricas indicam que o desvio padrão populacional é igual a 10 horas. O pesquisador concluiu que H_0 deveria ser rejeitada com base em uma amostra aleatória de 64 chips em um nível de significância de 5%. Pode-se concluir que a média amostral foi no máximo:

Se Z tem distribuição normal padrão, $P[0 < Z < 0,45] = 1,64$; $P[0 < Z < 0,475] = 2$; $P[0 < Z < 0,49] = 2,33$

- a) 94,75
- b) 95,34
- c) 96,72
- d) 97,95
- e) 98,54

RACIOCÍNIO CRÍTICO

Carlos Henrique

O texto a seguir servirá de base para responder às questões 46 E 47.

Nos últimos anos, o mercado de seguros para satélites de telecomunicações tem enfrentado dificuldades financeiras significativas. Um número elevado de falhas em lançamentos e em operações orbitais resultou em indenizações que, em diversos períodos, superaram o total arrecadado em prêmios. Em resposta, várias seguradoras reduziram a cobertura oferecida ou deixaram completamente esse segmento do mercado, enquanto as seguradoras remanescentes elevaram substancialmente os valores cobrados pelos seguros. Como consequência, o custo de lançamento e operação de satélites de telecomunicações aumentou.

46. Qual das alternativas a seguir, se verdadeira, mais enfraquece a conclusão de que o custo dos satélites de telecomunicações tenderá a continuar aumentando nos próximos anos?

- a) Após períodos de aumento expressivo nos prêmios, novas seguradoras tendem a ingressar no mercado de seguros de satélites, ampliando a concorrência.
- b) O número de falhas em satélites de telecomunicações foi maior nos últimos anos do que na década anterior.
- c) Operadores de satélites costumam exigir maior desempenho dos equipamentos quando os custos de lançamento aumentam.
- d) Falhas em satélites de telecomunicações geralmente resultam em indenizações de alto valor.
- e) O custo de desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação espacial aumentou nos últimos anos.

47. Qual das alternativas a seguir apresenta a informação mais relevante para avaliar se o custo dos satélites de telecomunicações realmente tenderá a continuar aumentando nos próximos anos?

- a) Se os operadores de satélites preferem contratos de seguro de curto ou de longo prazo.
- b) Se novas tecnologias têm reduzido a frequência de falhas em satélites recém-lançados.
- c) Se a maioria dos satélites é construída por consórcios internacionais.
- d) Se os custos de lançamento variam significativamente entre diferentes regiões do mundo.
- e) Se os satélites atualmente em operação possuem capacidade excedente de transmissão.

O texto a seguir servirá de base para responder às questões 48, 49 E 50.

Próximo a Chicago, uma instalação de cultivo hidropônico de espinafre recém-construída — um ambiente completamente controlado para o cultivo de espinafre — produz, em 1 acre de área construída, o equivalente ao que seriam necessários 100 acres de lavouras convencionais. As despesas, especialmente com eletricidade, são altas; contudo, o espinafre produzido custa cerca de quatro vezes mais do que o espinafre de campo lavado da Califórnia, que é o tipo de espinafre comumente vendido em todo os Estados Unidos.

48. Qual das alternativas a seguir, se verdadeira, melhor sustenta a projeção de que a instalação hidropônica de espinafre próxima a Chicago será lucrativa?

- a) Uma vez que os operadores da instalação adquiram experiência, eles poderão reduzir as despesas operacionais em cerca de 25%.
- b) Praticamente não há margem para qualquer redução adicional no custo por libra do espinafre de campo da Califórnia.
- c) Ao contrário do espinafre de campo lavado, o espinafre cultivado por hidroponia não apresenta

resíduos de pesticidas ou herbicidas e, assim, poderá ser vendido a preços excepcionalmente elevados para clientes como restaurantes de alimentos naturais.

- d) Como o espinafre é uma cultura que pode ser transportada relativamente bem, o mercado para o espinafre cultivado por hidroponia não é mais restrito à região de Chicago do que o mercado para o espinafre de campo da Califórnia é restrito à Califórnia.
- e) Uma segunda instalação hidropônica está sendo construída no Canadá, aproveitando-se de eletricidade barata e de preços elevados de hortaliças.

49. Qual das alternativas a seguir expressa uma suposição necessária para a projeção de que a instalação hidropônica de espinafre próxima a Chicago seja lucrativa?

- a) A produtividade da instalação hidropônica permanecerá constante ao longo dos próximos anos.
- b) Os consumidores estarão dispostos a pagar um preço significativamente mais alto pelo espinafre hidropônico do que pelo espinafre de campo tradicional.
- c) O custo da eletricidade na região de Chicago não sofrerá aumentos nos próximos anos.
- d) O espinafre produzido na Califórnia continuará sendo distribuído em todo o território dos Estados Unidos.
- e) A tecnologia de cultivo hidropônico poderá ser aplicada a outras hortaliças no futuro.

50. Qual das alternativas a seguir pode ser inferida corretamente a partir das informações apresentadas no texto?

- a) O espinafre hidropônico produzido próximo a Chicago é vendido exclusivamente para consumidores preocupados com saúde.
- b) O custo da eletricidade é o único fator que impede a lucratividade imediata da instalação hidropônica.
- c) A maior parte do espinafre consumido nos Estados Unidos é produzida na Califórnia.
- d) O cultivo hidropônico de espinafre tende a substituir, no futuro, o cultivo tradicional em campo aberto.
- e) A produção hidropônica de espinafre é mais eficiente, do ponto de vista do uso do solo, do que a produção em campos convencionais.

O texto a seguir servirá de base para responder às questões 51 E 52.

O conselho municipal de Sumpton recentemente votou a favor de pagar a um artista renomado para criar uma escultura abstrata para a praça central da cidade. Críticos dessa decisão protestaram, alegando que os moradores de Sumpton tendem a não gostar da maior parte da arte abstrata e que qualquer obra instalada na praça central deveria refletir os gostos da população local. No entanto, um porta-voz do conselho municipal descartou essa crítica, ressaltando que outras esculturas abstratas públicas instaladas pelo mesmo artista em outras cidades foram extremamente populares entre os moradores dessas localidades.

51. O texto acima sugere de forma mais forte que o principal ponto de discordância entre os críticos e o porta-voz é se

- a) teria sido razoável consultar os moradores da cidade antes de tomar a decisão.
- b) uma escultura mais tradicional na praça central seria popular entre os moradores locais.
- c) esculturas abstratas do mesmo artista foram, de fato, populares em outras cidades.
- d) a maioria dos moradores de Sumpton considerará a nova escultura compatível com seus gostos.
- e) obras de arte pública que os moradores de Sumpton considerariam desejáveis provavelmente também seriam consideradas desejáveis pelos moradores de outras cidades.

52. O argumento apresentado pelo porta-voz do conselho municipal é falho principalmente porque

- a) deixa de considerar que a escultura pode não ser concluída dentro do prazo previsto.
- b) ignora a possibilidade de que os críticos estejam se referindo apenas a esculturas tradicionais.
- c) presume que os moradores de Sumpton tenham gostos artísticos semelhantes aos dos moradores de outras cidades.
- d) supõe que a popularidade de obras de arte pública seja determinada exclusivamente pelo artista que as produz.
- e) confunde a opinião dos críticos com a opinião do conselho municipal.

53. Restrições orçamentárias levaram autoridades policiais a considerar a realocação de um número considerável de agentes da fiscalização de trânsito para o combate a crimes graves de maior prioridade. No entanto, reduzir a fiscalização de trânsito por esse motivo seria contraproducente, tendo em vista a tendência de criminosos utilizarem automóveis quando estão envolvidos na prática de crimes graves. Um agente que aborda um veículo por uma infração de trânsito pode realizar uma revista que resulte na descoberta de provas de um crime grave.

Qual das alternativas a seguir, se verdadeira, mais fortalece o argumento apresentado?

- a) Um agente que aborda um veículo contendo provas da prática de um crime grave corre o risco de um confronto violento, mesmo que o veículo tenha sido parado apenas por uma infração de trânsito.
- b) Quando o público toma conhecimento de que a fiscalização de trânsito diminuiu, geralmente passa a ser mais negligente no cumprimento das regras de trânsito.
- c) Aqueles que estão dispostos a violar a lei para cometer crimes graves frequentemente, ao praticar tais crimes, não estão dispostos a respeitar o que consideram restrições menos importantes da legislação de trânsito.
- d) Os infratores que cometem crimes graves e que seriam capturados em razão de infrações de trânsito não são o mesmo grupo de indivíduos que seriam capturados caso os agentes responsáveis fossem realocados da fiscalização de trânsito.
- e) A grande maioria das pessoas abordadas por agentes em razão de infrações de trânsito não é culpada de qualquer crime grave.

54. Para reduzir o desperdício de matérias-primas, o governo de Sperland está considerando exigir que eletrodomésticos sejam desmontados para reaproveitamento quando descartados. Para cobrir o custo desse reaproveitamento, o governo planeja cobrar uma taxa, que seria aplicada no momento em que o eletrodoméstico fosse vendido pela primeira vez. Cobrar a taxa no momento do descarte, no entanto, reduziria o desperdício de forma mais eficaz, pois os consumidores tendem a manter eletrodomésticos antigos por mais tempo quando enfrentam uma taxa para descartá-los.

Qual das alternativas a seguir, se verdadeira, mais enfraquece o argumento?

- a) Aumentar o custo do descarte adequado de um eletrodoméstico aumenta o incentivo para descartá-lo de forma inadequada.
- b) A taxa não oferece aos fabricantes qualquer incentivo para produzir eletrodomésticos mais duráveis.
- c) Para pessoas que compraram eletrodomésticos novos recentemente, a taxa de reaproveitamento não precisaria ser paga por vários anos.
- d) Pessoas que vendem seus eletrodomésticos usados e em funcionamento a terceiros não precisariam pagar a taxa de reaproveitamento.
- e) Muitos eletrodomésticos que atualmente são descartados por não funcionarem poderiam ser reparados a um custo relativamente baixo.

55. Qual das alternativas a seguir completa melhor o trecho abaixo?

“Governo” não existe como uma entidade independente que define políticas. Em vez disso, existe um grupo de pragmáticos eleitos democraticamente, sensíveis ao eleitorado, que estabelecem políticas que resultarão em sua própria reeleição. Portanto, se uma política pública é hostil, por exemplo, a preocupações ambientais, isso não ocorre por perversidade governamental, mas porque os representantes eleitos acreditam que _____.

- a) ambientalistas seriam extremamente difíceis de satisfazer com qualquer política, por mais ambientalmente correta que fosse
- b) as preocupações ambientais estão sendo atendidas na medida em que os recursos públicos permitem
- c) o público está excessivamente ansioso quanto à deterioração ambiental
- d) a maioria dos eleitores vota em determinados políticos por causa das posições idiossincráticas desses políticos em questões de política pública
- e) a maioria dos eleitores não deseja fortemente uma política diferente

56. Com base no raciocínio apresentado no texto da questão 55, qual das alternativas a seguir pode ser inferida corretamente?

- a) Políticas públicas que contrariam preocupações ambientais refletem necessariamente uma avaliação incorreta feita pelos representantes eleitos.
- b) Caso a maioria do eleitorado passasse a considerar as questões ambientais uma prioridade central, os representantes eleitos tenderiam a ajustar suas políticas nesse sentido.
- c) Representantes eleitos costumam formular políticas públicas com base em convicções pessoais, independentemente das preferências do eleitorado.

d) A hostilidade a preocupações ambientais em políticas públicas decorre, em geral, de limitações técnicas do governo para lidar com tais questões.

e) A ausência de políticas ambientais rigorosas indica que os eleitores desconhecem os impactos da degradação ambiental.

57. Desde 1978, quando a lei de direitos autorais foi alterada, livros com menos de cinquenta anos de idade não podem ser fotocopiados sem a permissão do editor. Assim, qualquer livro que tenha sido fotocopiado desde 1978, sem a permissão do editor, deve ter pelo menos cinquenta anos de idade.

O raciocínio acima apresenta uma falha semelhante àquela presente em qual das alternativas a seguir?

- a) Qualquer membro do sistema solar deve ser um planeta ou uma lua; portanto, se um asteroide não é nem planeta nem lua, então não deve ser um membro do sistema solar.
- b) Qualquer pessoa que anda em um ônibus urbano deve comprar um passe de ônibus e, como Demetrios tem um passe de ônibus, ele deve estar andando em um ônibus urbano.
- c) Um motorista que vira à direita deve sinalizar; logo, qualquer motorista que não sinalizou não deve ter virado à direita.
- d) Qualquer pessoa que atravessa legalmente uma fronteira nacional deve portar um passaporte; assim, qualquer pessoa que não tem passaporte não pode atravessar legalmente uma fronteira nacional.
- e) Qualquer assalariado residente no estado deve pagar impostos estaduais; portanto, como Blodwen paga impostos estaduais, ela deve ser residente no estado.

58. Resultado de uma pesquisa com assinantes da revista Systems:

Trinta por cento de todos os pedidos de mercadorias feitos por assinantes, em resposta a anúncios publicados na revista no ano passado, foram realizados por assinantes com menos de trinta e cinco anos de idade.

Resultado de uma pesquisa com anunciantes da revista Systems:

A maioria dos pedidos de mercadorias feitos em resposta a anúncios publicados na revista Systems no ano passado foi realizada por pessoas com menos de trinta e cinco anos de idade.

Para que ambos os resultados sejam corretos, qual das alternativas a seguir deve necessariamente ser verdadeira?

- a) Entre os assinantes da revista Systems que nunca fizeram pedidos de mercadorias em resposta a anúncios da revista, há mais pessoas com trinta e cinco anos de idade ou mais do que pessoas com menos de trinta e cinco anos.
- b) Entre os assinantes da revista Systems, a proporção daqueles com menos de trinta e cinco anos era consideravelmente menor no ano passado do que é atualmente.
- c) A maioria dos pedidos de mercadorias feitos em resposta a anúncios publicados na revista Systems no ano passado foi realizada por assinantes da revista com trinta e cinco anos de idade ou mais.
- d) No ano passado, o valor médio em dólares dos pedidos de mercadorias feitos por assinantes com menos de trinta e cinco anos foi menor do que o valor médio dos pedidos feitos por assinantes com trinta e cinco anos de idade ou mais.
- e) No ano passado, muitas pessoas que fizeram pedidos de mercadorias em resposta a anúncios publicados na revista Systems não eram assinantes da revista.

59. Embora a escola recebesse benefícios financeiros caso houvesse máquinas de venda de refrigerantes na cantina, não deveríamos permiti-las. Permitir máquinas de refrigerantes nesse local não estaria de acordo com os interesses de nossos alunos. Se nossos alunos passarem a consumir mais refrigerantes, eles serão menos saudáveis.

O argumento depende de qual das alternativas a seguir?

- a) Se as máquinas de venda de refrigerantes fossem instaladas na cantina, os alunos passariam a consumir mais refrigerantes em consequência disso.
- b) A quantidade de refrigerantes que a maioria dos alunos da escola consome atualmente não é prejudicial à sua saúde.
- c) Os alunos tendem a ser mais saudáveis se não consumirem refrigerantes de forma alguma do que se consumirem pequenas quantidades ocasionalmente.
- d) Os alunos não simplesmente levarão refrigerantes de casa caso as máquinas de venda de refrigerantes não sejam instaladas na cantina.
- e) A principal preocupação da escola deve ser promover a boa saúde de seus alunos.

60. Vários dos principais executivos de um determinado banco têm recentemente comprado ações do próprio banco. Essa atividade causou certa surpresa, uma vez que é amplamente acreditado que o banco, carregando um grande número de empréstimos inadimplentes, está à beira do colapso. Como os executivos estão em posição privilegiada para conhecer a real condição do banco, pode parecer que a compra dessas ações indica que o risco de colapso é exagerado. No entanto, as informações disponíveis sobre a condição do banco provêm de fontes confiáveis e bem informadas, e executivos corporativos às vezes compram ações de sua própria empresa em uma tentativa calculada de acalmar preocupações sobre a situação da empresa. Em vista disso, portanto, é provável que os executivos do banco estejam seguindo esse exemplo.

No argumento apresentado, os dois trechos em negrito desempenham quais dos seguintes papéis?

- a) O primeiro fornece evidência para sustentar a posição que o argumento busca estabelecer; o segundo enuncia uma conclusão apresentada para sustentar a conclusão principal do argumento.
- b) O primeiro descreve a circunstância cuja explicação é a questão abordada pelo argumento; o segundo enuncia uma conclusão que é apresentada para sustentar a conclusão principal do argumento.
- c) O primeiro fornece evidência para defender a posição que o argumento busca estabelecer contra posições contrárias; o segundo enuncia a conclusão principal do argumento.
- d) O primeiro descreve a circunstância cuja explicação é a questão abordada pelo argumento; o segundo enuncia a conclusão principal do argumento.
- e) Ambos fornecem evidência para sustentar a posição que o argumento busca estabelecer.

INGLÊS

Andrea Belo

Atenção: Para responder às questões de números 61 a 65, considere o texto a seguir.

OpenAI launches ChatGPT Health to review your medical records

OpenAI has launched a new ChatGPT feature in the US which can analyse people's medical records to give them better answers, but campaigners warn it raises privacy concerns.

The firm wants people to share their medical records along with data from apps like MyFitnessPal, which will be analysed to give personalised advice.

OpenAI said conversations in ChatGPT Health would be stored separately to other chats and would not be used to train its AI tools - as well as clarifying it was not intended to be used for "diagnosis or treatment".

It is unclear if or when the feature may be introduced in the UK.

According to OpenAI, more than 230 million people ask its chatbot questions about their health and wellbeing every week.

In a blog post, it said ChatGPT Health had "enhanced privacy to protect sensitive data".

Users can share data from apps like Apple Health, Peloton and MyFitnessPal, as well as provide medical records, which can be used to give more relevant responses to their health queries.

OpenAI said its health feature was designed to "support, not replace, medical care".

'Watershed moment'

Generative AI chatbots and tools can be prone to generating false or misleading information, often stating this in a very matter-of-fact, convincing way.

The company said it would initially make Health available to a "small group of early users" and has opened a waitlist for those seeking access.

As well as being unavailable in the UK, it has also not been launched in Switzerland and the European Economic Area, where tech firms must meet strict rules about processing and protecting user data.

(Adapted from <https://www.bbc.com/news/articles/cpqy29d0yjgo>)

61. Segundo o texto, a política de privacidade do ChatGPT Health diferencia-se do ChatGPT convencional porque

- a) os dados compartilhados pelos usuários serão utilizados exclusivamente para aprimorar os algoritmos de inteligência artificial da OpenAI.
- b) as conversas relacionadas a questões de saúde são armazenadas em um sistema isolado e não servem para treinar modelos de IA.
- c) todas as informações médicas compartilhadas são automaticamente encaminhadas para profissionais de saúde credenciados.
- d) os prontuários médicos enviados pelos usuários passam por um processo de anonimização antes de serem armazenados.
- e) a empresa garante que nenhum dado de saúde será compartilhado com aplicativos terceiros como MyFitnessPal ou Apple Health.

62. De acordo com o texto, a ausência do lançamento do ChatGPT Health no Reino Unido, na Suíça e na Área Econômica Europeia deve-se

- a) à decisão estratégica da OpenAI de priorizar mercados com maior demanda por soluções de saúde baseadas em inteligência artificial.
- b) às exigências regulatórias rigorosas dessas regiões quanto ao processamento e proteção de dados pessoais dos usuários.
- c) à falta de acordos comerciais entre a OpenAI e autoridades sanitárias desses países para validação do sistema.
- d) aos elevados custos operacionais de adaptação da plataforma às diferentes legislações nacionais de saúde.
- e) à resistência de organizações médicas locais em aceitar o uso de inteligência artificial para orientações sobre saúde.

63. No trecho "campaigners warn it raises privacy concerns", o verbo "raises" estabelece que as preocupações com privacidade

- a) foram completamente eliminadas após o lançamento do ChatGPT Health.
- b) existiam anteriormente mas foram resolvidas pela OpenAI antes do lançamento.
- c) são provocadas ou surgem em decorrência do novo recurso.
- d) serão abordadas em atualizações futuras da plataforma.
- e) foram consideradas irrelevantes pelos desenvolvedores do sistema.

64. Segundo o texto, a relação entre o volume de usuários que consultam o chatbot sobre saúde e o lançamento do ChatGPT Health sugere que

- a) a demanda expressiva por informações de saúde motivou o desenvolvimento de um recurso especializado.
- b) a maioria dos 230 milhões de usuários semanais já tinha acesso ao ChatGPT Health antes do lançamento oficial.
- c) apenas uma minoria dos usuários atuais demonstrou interesse em recursos relacionados à saúde.
- d) o número de consultas sobre saúde diminuiu significativamente após o anúncio do novo recurso.
- e) a OpenAI planeja descontinuar as funcionalidades gerais de saúde do ChatGPT convencional.

65. De acordo com o texto, a afirmação de que o ChatGPT Health "is designed to 'support, not replace, medical care'" e "was not intended to be used for 'diagnosis or treatment'" indica que a OpenAI está

- a) reconhecendo as limitações da ferramenta e estabelecendo claramente seu escopo como recurso auxiliar, não substitutivo do atendimento médico profissional.
- b) garantindo que o ChatGPT Health pode fornecer diagnósticos médicos precisos, desde que supervisionados por profissionais de saúde.
- c) confirmando que a ferramenta substituirá gradualmente consultas médicas para condições de saúde menos graves.
- d) admitindo que o sistema ainda não está suficientemente desenvolvido, mas que futuramente poderá realizar diagnósticos de forma independente.
- e) demonstrando que apenas médicos credenciados poderão utilizar o ChatGPT Health para auxiliar em seus diagnósticos clínicos.

Atenção: Para responder às questões de números 66 a 70, considere o texto a seguir.

Samsung's new phone looks straight out of science fiction. I got to try it

For years, sci-fi shows have depicted futuristic computers with shapeshifting screens that can fold or expand depending on the situation. Now, Samsung is banking on that concept to try to steer the future of smartphones.

The new Samsung Galaxy Z Trifold folds in two places — almost like a brochure — to cram an iPad-sized screen into your pocket.

The idea is promising although not without compromises, as is typical of new devices like these.

The phone is impressively slim as a tablet, but clunky as a phone. And it'll almost certainly be too expensive to woo many early adopters, let alone the average smartphone shopper.

Whether the phone catches on broadly may not matter. It's an effort by the world's largest smartphone maker to prove that the rectangular devices carried by billions haven't peaked and still have a long runway to evolve.

And given that Samsung is the world's top phone maker and nearly every Android phone brand has followed in its footsteps with book-shaped foldable phones, even relatively rare products like these can carry weight.

Samsung's goal with the Galaxy Z TriFold is to provide a screen that gets bigger when you need it to and smaller when you want to carry it with you, building on its moderately successful Galaxy Z Fold series.

Samsung says the new phone is aimed at those who use their device primarily for work and productivity, and it's easy to see why.

But keep your expectations in check. While the device feels almost paper-thin when opened, when it's closed it's like holding two phones stacked on top of one another.

Yet Samsung doesn't lay out a very compelling argument for why consumers need to carry around larger screens. Aside from viewing more apps at once and having a larger surface for reading and watching videos, the TriFold doesn't offer much that's unique compared to a standard smartphone.

Foldable phones have already faced an uphill battle in the market. Samsung's other smaller foldable phones only recently started to gain momentum after first going on sale roughly seven years ago, and foldables still only account for a sliver of the broader smartphone market.

But whether consumers want them or not, the foldable phone trend is seemingly here to stay. Nearly every major Android phone maker now offers one, and Apple is expected to release its first later this year.

And it's all part of Samsung's broader strategy to sell phones in all sorts of forms and see what catches on.

(Adapted from <https://edition.cnn.com/2026/01/05/tech/samsung-galaxy-z-trifold-phone>)

66. De acordo com o texto, o público-alvo principal do Galaxy Z Trifold são pessoas que

- a) utilizam seus aparelhos predominantemente para fins profissionais e produtividade.
- b) buscam dispositivos compactos e leves para uso pessoal e entretenimento casual.
- c) desejam substituir completamente seus tablets e laptops por um único dispositivo móvel.
- d) priorizam o design inovador em detrimento da funcionalidade prática no dia a dia.
- e) necessitam de telas grandes exclusivamente para jogos e consumo de conteúdo audiovisual.

67. No trecho "For years, sci-fi shows have depicted futuristic computers with shapeshifting screens that can fold or expand depending on the situation. Now, Samsung is banking on that concept to try to steer the future of smartphones", a expressão "banking on" indica que a Samsung está

- a) investindo recursos financeiros exclusivamente no desenvolvimento de telas flexíveis.
- b) abandonando suas linhas de produtos tradicionais em favor de tecnologias futuristas.
- c) estabelecendo parcerias com produtoras de ficção científica para desenvolver novos produtos.
- d) apostando ou confiando nesse conceito como estratégia para influenciar o futuro dos smartphones.
- e) garantindo lucros imediatos através da comercialização de dispositivos dobráveis.

68. Segundo o texto, uma das principais limitações do Galaxy Z Trifold em termos de design físico é que

- a) o dispositivo é excessivamente pesado quando totalmente desdobrado, dificultando seu uso prolongado.
- b) a tela apresenta vincos permanentes nas áreas de dobradura que comprometem a experiência visual.
- c) o mecanismo de dobradura se desgasta rapidamente, exigindo manutenção frequente.

d) as bordas do dispositivo são pontiagudas e desconfortáveis para segurar por períodos longos.

e) quando fechado, o aparelho tem a espessura aproximada de dois smartphones empilhados.

69. No trecho "The idea is promising although not without compromises, as is typical of new devices like these", a palavra "compromises" refere-se a

- a) acordos comerciais entre a Samsung e seus parceiros de distribuição.
- b) promessas feitas pela empresa sobre melhorias em versões futuras do produto.
- c) concessões ou limitações que precisam ser aceitas em troca dos benefícios oferecidos.
- d) negociações de preço para tornar o dispositivo mais acessível ao público geral.
- e) compatibilidade garantida com todos os aplicativos disponíveis em outras plataformas.

70. De acordo com o texto, a expectativa em relação à Apple e ao mercado de telefones dobráveis é que

- a) a Apple nunca lançará um dispositivo dobrável devido a questões técnicas insuperáveis.
- b) a empresa deve lançar seu primeiro telefone dobrável ainda este ano.
- c) a Apple já domina o mercado de dispositivos dobráveis com múltiplos modelos disponíveis.
- d) a companhia está processando a Samsung por violação de patentes relacionadas a telas dobráveis.
- e) a Apple descontinuou seus planos de desenvolver smartphones com telas flexíveis.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA*Stefan Fantini*

71. As funções administrativas clássicas do processo organizacional são planejamento, organização, direção e controle. Considerando esse conjunto, é correto afirmar que a função planejamento envolve, entre outras atividades, a seguinte ação:

- a) Distribuir tarefas e designar responsabilidades.
- b) Realizar a condução dos trabalhos para colocar em prática o que foi organizado e planejado.
- c) Estabelecer os recursos e meios necessários para alcançar o objetivo proposto pelo planejamento.
- d) Definir objetivos e os meios (estratégias) para alcançá-los.
- e) Monitorar as atividades e realizar os ajustes/correções necessários.

72. Para exercer adequadamente seus papéis na organização, o administrador precisa desenvolver três tipos de habilidades: técnicas, humanas e conceituais. Assinale a alternativa que apresenta um exemplo típico de habilidade conceitual:

- a) Liderança e motivação dos subordinados.
- b) Desempenho de tarefas que exigem conhecimento especializado, como a elaboração de demonstrações contábeis.
- c) Manter relações interpessoais positivas no ambiente de trabalho.
- d) Coordenação e influência de equipes de trabalho.
- e) Compreender a organização de forma integrada, com visão do todo, e trabalhar com ideias, abstrações e conceitos.

73. Mário Bros ocupa o cargo de diretor em uma empresa e dentre suas atividades mais frequentes está a participação em tratativas formais, defendendo os interesses da organização em mesas de negociação com sindicatos, clientes e outras instituições.

À luz dos papéis do administrador, é correto afirmar que, nessa situação, Mário Bros desempenha predominantemente o papel:

- a) interpessoal, de porta-voz.
- b) decisório, de negociador.
- c) decisório, de solucionador de conflitos.
- d) informacional, de disseminador.
- e) interpessoal, de alocador de recursos.

74. No âmbito das organizações, o planejamento elaborado no nível institucional (alta administração), que abrange toda a organização e se orienta para o longo prazo, é denominado:

- a) planejamento operacional
- b) planejamento tático
- c) planejamento estratégico
- d) planejamento intermediário
- e) planejamento gerencial

75. “Planejar, prover e gerir os recursos financeiros com responsabilidade social e equilíbrio fiscal, contribuindo para o desenvolvimento do Estado de São Paulo.”

O trecho acima, extraído do Planejamento Estratégico da SEFAZ-SP, representa

- a) a missão da SEFAZ-SP
- b) o propósito da SEFAZ-SP
- c) a visão da SEFAZ-SP
- d) os valores da SEFAZ-SP
- e) a ética da SEFAZ-SP

76. A empresa Mário Bros Company realizou uma análise SWOT e constatou que, em grande parte de suas unidades, há deficiência de qualificação do pessoal, falta de capacitação e equipamentos defasados, sem aderência às tecnologias atuais do setor. No mesmo diagnóstico, verificou-se que um concorrente direto do mercado encerrou suas atividades (foi à falência).

À luz da análise SWOT, é correto afirmar que a empresa Mário Bros Company identificou, respectivamente:

- a) oportunidades de capacitação a serem exploradas e forças no ambiente externo.
- b) ameaças ao atingimento de objetivos e oportunidades a serem aproveitadas.
- c) forças de outras organizações frente à AlfaTech e oportunidades ambientais.
- d) fraquezas que a colocam em posição desfavorável e oportunidades no ambiente externo.
- e) fraquezas que a colocam em posição desfavorável e forças no ambiente externo.

77. A empresa João das Neves Company está estruturada em áreas como Marketing, Finanças, Recursos Humanos e Produção. Pode-se dizer, portanto, que a referida empresa está organizada segundo qual critério de departamentalização?

- a) por clientes
- b) funcional
- c) geográfica
- d) matricial
- e) por processos

78. O estilo de liderança em que a motivação dos liderados decorre de uma troca — isto é, o líder condiciona recompensas ao cumprimento de metas e ao desempenho esperado — recebe o nome de:

- a) Liderança transformacional
- b) Liderança transacional

- c) Liderança democrática
- d) Liderança liberal
- e) Liderança autocrática

79. Segundo a teoria da hierarquia das necessidades de Maslow, uma vez atendidas as necessidades primárias, a próxima categoria a ser buscada pelo indivíduo é a necessidade:

- a) fisiológica
- b) de autorrealização
- c) de segurança
- d) de estima
- e) social

80. Mário Bros, supervisor do setor de vendas, encaminhou um comunicado pelo e-mail corporativo da organização para informar aos integrantes de sua equipe a data e o horário de uma reunião em que serão apresentadas e debatidas as novas metas do time.

Essa comunicação pode ser classificada como:

- a) formal e ascendente;
- b) formal e lateral;
- c) informal e descendente.
- d) informal e ascendente;
- e) formal e descendente;

81. João das Neves, gerente de uma montadora, percebeu crescimento na quantidade de veículos que não atendem aos padrões estabelecidos. Diante disso, pretende acompanhar a execução das atividades em tempo real, utilizando um controle concomitante (simultâneo).

Qual das alternativas abaixo representa um exemplo de controle simultâneo?

- a) programa de manutenção preventiva
- b) inspeção de matérias-primas
- c) supervisão direta das atividades
- d) inspeção de insumos e equipamentos
- e) controle de qualidade das peças produzidas

82. Em um setor de uma organização, um estagiário identificou que um lote de materiais havia chegado com avarias. Sem saber qual providência adotar, consultou os procedimentos e normas internas e executou o fluxo previsto para devolução do material.

Com base no processo decisório, a situação descreve uma decisão do tipo:

- a) não programada;
- b) programada;
- c) intuitiva;
- d) analítica;
- e) ponderada.

83. No contexto das ferramentas da qualidade, há uma técnica voltada a priorizar causas de problemas, partindo da ideia de que poucas causas respondem pela maior parte dos efeitos (regra 80/20). Essa ferramenta é denominada:

- a) Fluxograma
- b) Diagrama de Pareto
- c) Diagrama de Ishikawa
- d) Histograma
- e) Ciclo PDCA

84. Assinale a alternativa que não corresponde a um dos princípios do modelo burocrático:

- a) meritocracia
- b) especialização
- c) padronização
- d) hierarquia funcional
- e) pessoalidade

85. Assinale a alternativa que não corresponde a uma das fases do ciclo de políticas públicas:

- a) Tomada de decisão
- b) Implementação
- c) Construção da agenda
- d) Formulação dos balanços
- e) Avaliação

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

Amanda Aires

86. Considere que um ente federativo pretende ampliar sua arrecadação tributária **minimizando perdas de eficiência econômica**, sem alterar o nível de gasto público. Do ponto de vista da teoria da tributação ótima, a incidência de impostos sobre bens cuja demanda seja relativamente **mais inelástica** tende a

- a) gerar menor peso morto, para um mesmo nível de arrecadação.
- b) transferir integralmente o ônus do imposto aos produtores.
- c) reduzir a arrecadação potencial do governo.
- d) ampliar a sensibilidade da quantidade demandada ao preço.
- e) eliminar o trade-off entre eficiência e equidade.

87. Em debates sobre reformas tributárias, é comum distinguir **incidência legal** de **incidência econômica** dos tributos. Sob a ótica da análise econômica do bem-estar, a incidência econômica

- a) coincide sempre com o agente responsável pelo recolhimento.
- b) decorre exclusivamente da definição legal do tributo.
- c) é irrelevante para a avaliação distributiva.
- d) independe das elasticidades de oferta e demanda.
- e) é determinada pelas condições de mercado e elasticidades relativas.

88. Ao discutir a estrutura de impostos indiretos, um formulador de política pública recorre à **regra de Ramsey** como referência normativa. Segundo essa regra, a tributação deve ser desenhada de modo a

- a) maximizar a progressividade do sistema tributário.
- b) minimizar o peso morto, dadas metas de arrecadação.
- c) tributar uniformemente todos os bens e serviços.
- d) priorizar critérios de equidade vertical.
- e) eliminar impostos sobre o consumo.

89. Em um contexto de discussão sobre limites da carga tributária, a **Curva de Laffer** é frequentemente utilizada como argumento teórico. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Com alíquota zero, a arrecadação é nula.
- b) Alíquotas excessivamente elevadas podem reduzir a arrecadação.
- c) A relação entre alíquota e arrecadação é linear.
- d) O comportamento dos agentes econômicos afeta o formato da curva.
- e) Existe uma alíquota que maximiza a arrecadação.

90. Ao avaliar a eficiência do sistema tributário, um analista observa a incidência de **impostos cumulativos** ao longo da cadeia produtiva. Sob a ótica econômica, esses impostos tendem a

- a) reduzir o efeito cascata.
- b) ser neutros em relação à organização produtiva.
- c) apresentar baixa distorção alocativa.
- d) gerar distorções na estrutura de produção.
- e) ampliar a transparência tributária.

91. Considere um setor produtivo cuja atividade gera poluição ambiental não incorporada aos custos privados das firmas. A adoção de **impostos pigouvianos** se justifica porque

- a) maximizam a arrecadação pública.

b) reduzem a carga tributária total.

c) alinham o custo marginal privado ao custo marginal social.

d) eliminam completamente a necessidade de regulação.

e) beneficiam exclusivamente os produtores.

92. Programas públicos como defesa nacional e controle de epidemias enfrentam dificuldades de provisão privada devido ao chamado **problema do carona**, que ocorre porque

a) esses bens são rivais.

b) os indivíduos não podem ser excluídos do consumo.

c) os benefícios são integralmente apropriados pelos consumidores.

d) os preços refletem o benefício marginal social.

e) há excesso de oferta privada.

93. Em setores como energia elétrica e saneamento básico, a regulação pode impor preços iguais ao **custo marginal**. Nesses casos, essa política

a) elimina déficits operacionais.

b) maximiza o lucro da firma regulada.

c) reduz o excedente do consumidor.

d) pode gerar prejuízos operacionais.

e) amplia o peso morto.

94. Considere um bem cuja produção gera benefícios sociais não plenamente apropriados pelos consumidores. A concessão de um **subsídio ao consumo** tende a

a) reduzir o excedente social.

b) deslocar a oferta para a esquerda.

c) elevar o consumo em direção ao ótimo social.

d) eliminar a necessidade de política fiscal.

e) gerar ineficiência alocativa.

95. Ao analisar a tributação sobre o consumo, um auditor observa que determinados bens apresentam elevada elasticidade-preço da demanda. Nesses casos, a tributação tende a gerar

- a) maior arrecadação.
- b) maior neutralidade econômica.
- c) maior peso morto.
- d) maior incidência sobre produtores.
- e) maior eficiência alocativa.

96. No cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) pela ótica da despesa, as **importações** são subtraídas porque

- a) representam produção realizada no exterior.
- b) reduzem a renda disponível das famílias.
- c) não geram arrecadação tributária.
- d) afetam apenas o setor externo.
- e) distorcem o deflator do PIB.

97. Suponha que o governo implemente uma política fiscal expansionista financiada por endividamento, em um contexto descrito pelo modelo IS–LM. Nesse caso, tende a ocorrer

- a) redução da taxa de juros.
- b) deslocamento da LM para a esquerda.
- c) crowding in automático do investimento privado.
- d) aumento da renda e elevação da taxa de juros.
- e) neutralidade fiscal sobre o produto.

98. Em debates sobre sustentabilidade fiscal, o chamado **efeito crowding out** está associado

- a) à expansão monetária.
- b) ao aumento do gasto público sem financiamento.
- c) à elevação da taxa de juros decorrente do déficit público.
- d) à redução do consumo privado.
- e) ao aumento das exportações líquidas.

99. Em uma economia com regime de câmbio flutuante, uma expansão fiscal, mantida a política monetária constante, tende a

- a) depreciar a moeda.
- b) apreciar a moeda e reduzir exportações líquidas.
- c) não afetar o setor externo.
- d) reduzir a taxa de juros.
- e) eliminar o déficit em conta corrente.

100. Do ponto de vista fiscal, o crescimento do PIB é relevante porque

- a) elimina automaticamente déficits públicos.
 - b) dispensa a política monetária.
 - c) garante equilíbrio no balanço de pagamentos.
 - d) amplia a base tributária e a arrecadação potencial.
 - e) substitui reformas fiscais estruturais.
-

CONHECIMENTOS BÁSICOS**DIREITO CONSTITUCIONAL***João Trindade*

101. Lucrécia considera ser titular de um direito fundamental constitucionalmente assegurado, mas o qual ela está inviabilizada de exercer pela falta de uma norma regulamentadora, cuja elaboração é dever do Congresso Nacional. Nesse caso, pode-se afirmar que, à luz da CF:

- a) é cabível o ajuizamento de mandado de segurança, de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.
- b) é cabível o ajuizamento de mandado de injunção, de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.
- c) é cabível o ajuizamento de mandado de injunção, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
- d) é cabível o ajuizamento de mandado de segurança, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
- e) é cabível o ajuizamento de mandado de injunção, de competência originária do juízo federal de primeira instância.

102. O Município de Rolândia-PR elaborou legislação dispondo sobre a proteção de dados pessoais dos servidores públicos municipais. Busca-se, assim, complementar a legislação federal a respeito do tema, ampliando o grau de proteção a esse direito fundamental. De acordo com a CF, essa lei municipal é:

- a) parcialmente inconstitucional.
- b) inconstitucional, por violar competência privativa da União.
- c) constitucional.
- d) inconstitucional, por violar competência privativa do Estado.
- e) inconstitucional, por se tratar de competência indelegável da União.

103. É princípio da ordem econômica, de acordo com a CF:

- a) defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- b) tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte, ainda que constituídas sob as leis estrangeiras.
- c) a propriedade privada, ainda que não cumpra sua função social.
- d) pluralismo político.
- e) dirigismo estatal

104. Meroveu, Governador do Estado de São Paulo, deseja ajuizar no Supremo Tribunal Federal uma ação de controle concentrado de constitucionalidade visando a questionar a compatibilidade com a CF de uma lei do Município de Fartura-SP, a qual tratava do serviço de gás canalizado. De acordo com a situação narrada, pode-se afirmar que:

- a) é cabível o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade, para a qual o Governador, no entanto, não é parte legítima.
- b) é cabível o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade, sendo o Governador parte legítima.
- c) é cabível o ajuizamento de arguição de descumprimento de preceito fundamental, sendo o Governador parte legítima.
- d) é cabível o ajuizamento de arguição de descumprimento de preceito fundamental, sendo o Governador parte legítima.
- e) é cabível a interposição de recurso extraordinário, sendo o Governador parte legítima.

105. O Prefeito do Município de Descalvado-SP deseja delegar ao Procurador-Geral do Município a competência para propor à Câmara Municipal projetos de lei. À luz da CF e da jurisprudência do STF, pode-se afirmar que:

- a) embora essa competência pertença ao Prefeito, ela não pode ser delegada.
- b) embora essa competência pertença ao Prefeito, ela pode ser delegada.
- c) o Prefeito não possui essa competência.
- d) o Prefeito só possui essa competência se receber delegação da Câmara Municipal.
- e) o Prefeito possui essa competência, podendo delegá-la ao Vice-Prefeito.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

106. A caducidade, forma de extinção da concessão por inexecução total ou parcial do contrato, representa uma espécie de sanção à concessionária. Conforme a Lei nº 8.987/1995, a da caducidade da concessão:

- a) será declarada por decreto do poder concedente, independentemente de prévia verificação da inadimplência, bastando a constatação de paralisação do serviço.
- b) prescinde de indenização prévia à concessionária, mas implica a imediata assunção do serviço pelo poder concedente, que responderá por todas as obrigações da concessionária com terceiros.
- c) deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, sendo vedado ao poder concedente, durante o processo, intervir na concessão.
- d) uma vez declarada, instaura-se o procedimento para apurar o montante da indenização devida à concessionária, da qual poderá ser descontado o valor das multas contratuais e dos prejuízos causados.

e) só pode ocorrer se a concessionária, após notificada, não corrigir a falha no prazo de 30 (trinta) dias, sendo a competência para declará-la do Poder Judiciário, mediante provocação do poder concedente.

107. No que tange aos procedimentos auxiliares previstos na Lei nº 14.133/2021, o credenciamento é:

- a) processo de pré-qualificação de licitantes que, uma vez aprovados, ficam dispensados de apresentar documentação de habilitação em futuras licitações.
- b) sistema de credenciamento para contratações futuras, no qual a Administração firma compromisso de aquisição de bens e serviços mediante a homologação de uma ata.
- c) processo administrativo de chamamento público no qual a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos, sejam contratados diretamente.
- d) procedimento para alienação de bens móveis da Administração Pública, no qual os interessados oferecem lances sucessivos a partir de um valor mínimo.
- e) modalidade de contratação utilizada para a contratação de trabalhos técnicos, científicos ou artísticos de natureza intelectual.

108. De acordo com a Lei 8.429/1992 e suas alterações, assinale a alternativa correta:

- a) Prescreve em 8 anos a ação para aplicação das sanções por atos de improbidade, contados a partir do conhecimento do poder público do fato irregular ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
- b) A prática de atos de improbidade categorizados na modalidade de enriquecimento ilícito sujeita o infrator, entre outras, à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de até 12 anos.
- c) Os sócios-administradores de pessoa jurídica de direito privado respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, como regra geral.
- d) A aprovação de contas de determinado gestor público por órgãos de controle não impede a aplicação de sanções previstas na Lei de Improbidade, todavia as provas produzidas perante os órgãos de controle deverão necessariamente ser consideradas na formação da convicção do juiz.
- e) Nas ações judiciais por improbidade não haverá adiantamento de custas, de preparo, de emolumentos, admitindo-se somente o adiantamento de honorários periciais.

109. Tomando por base as regras que estabelecem a responsabilidade das pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos à Administração Pública (Lei 12.846/2013), assinale a alternativa correta:

- a) O impedimento de celebrar novo acordo de leniência decorrente do descumprimento, por parte da pessoa jurídica, de acordo anterior, se estenderá pelo prazo de três anos, contados da data do descumprimento.
- b) Está apta a celebrar o acordo de leniência a pessoa jurídica que, apesar de não admitir sua participação no ilícito, cessou completamente seu envolvimento na infração investigada, a partir da data de propositura do acordo.
- c) As sociedades coligadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos na

referida Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

- d) A responsabilização civil das pessoas jurídicas pressupõe a demonstração de dolo ou culpa, diferentemente da responsabilização administrativa, que ocorre objetivamente.
- e) O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por três ou mais servidores estáveis.

110. A LGPD confere uma série de direitos aos titulares de dados pessoais, entre os quais encontra-se o direito à portabilidade dos dados. Sobre esse direito, considerando as regras estabelecidas na Lei 13.709/2018, é correto afirmar que:

- a) o titular tem o direito de solicitar a portabilidade de seus dados pessoais a outro fornecedor de serviço ou produto, a qualquer momento, e o controlador original deve apagar imediatamente os dados de suas bases.
- b) a portabilidade dos dados a outro fornecedor não inclui os segredos comercial e industrial do controlador, e deve ser feita mediante requisição expressa do titular.
- c) o direito à portabilidade é restrito a dados cadastrais básicos, como nome e endereço, não se aplicando a dados de consumo ou de navegação.
- d) a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) é a única legitimada a solicitar a portabilidade em nome do titular, mediante processo administrativo.
- e) a portabilidade só pode ser exercida uma única vez por titular para cada controlador.

DIREITO CIVIL*Cadu Carrilho*

111. Determinada lei foi regularmente publicada em 1º de março de 2025, sem conter disposição expressa sobre o início de sua vigência. Referida norma revogou integralmente lei anterior que disciplinava a mesma matéria, sem, contudo, mencionar a respeito da eventual restauração de normas anteriormente revogadas. À luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), é correto afirmar que:

- a) a lei nova entrou em vigor na data de sua publicação, operando revogação expressa da lei anterior e repristinação automática das normas anteriormente revogadas.
- b) a lei nova entrou em vigor após o decurso do prazo de vacatio legis, revogando a lei anterior, sem restaurar automaticamente normas anteriormente revogadas.
- c) a revogação da lei anterior somente produzirá efeitos após decisão judicial que reconheça sua incompatibilidade com a nova lei.
- d) a lei nova somente produzirá efeitos após regulamentação administrativa, por se tratar de revogação integral de lei anterior.
- e) a lei nova, embora publicada, não revoga a lei anterior, salvo se houver incompatibilidade parcial entre seus dispositivos.

112. Joana, com 17 anos de idade, foi emancipada por seus pais mediante instrumento público regularmente lavrado, sem homologação judicial. Posteriormente, sofreu grave acidente que a impossibilitou, de forma permanente, de exprimir sua vontade. À luz do Código Civil, é correto afirmar que Joana:

- a) permanece plenamente capaz, em razão da emancipação regularmente concedida.
- b) torna-se absolutamente incapaz, devendo ser representada para todos os atos da vida civil.
- c) torna-se relativamente incapaz, devendo ser assistida nos atos da vida civil.

d) perde os efeitos da emancipação, retornando à incapacidade relativa própria da menoridade.

e) permanece capaz, mas sujeita ao regime de tomada de decisão apoiada obrigatória.

113. Associação civil regularmente constituída teve seus atos constitutivos registrados no cartório competente, mas, após reiteradas práticas ilícitas, teve cassada a autorização para funcionamento por decisão administrativa definitiva. Considerando o Código Civil, é correto afirmar a respeito das associações:

- a) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos, não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.
- b) A qualidade de associado pode ser transmitida, se o estatuto não dispuser o contrário.
- c) Compete privativamente à assembléia geral destituir os administradores, mas não a de alterar o estatuto.
- d) Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela não subsistirá para os fins de liquidação, pois concluída desde o início.
- e) a cassação da autorização implica imediata liquidação do patrimônio, independentemente de procedimento.

114. A respeito da prescrição e da decadência, segundo o Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A prescrição extingue o direito material, enquanto a decadência extingue a pretensão.
- b) A decadência legal pode ser renunciada, desde que não prejudique terceiros.
- c) A prescrição pode ser alegada a qualquer tempo e grau de jurisdição, inclusive de ofício.
- d) A decadência convencional admite renúncia expressa ou tácita pelo beneficiário.
- e) A suspensão da prescrição aplica-se indistintamente aos prazos decadenciais.

115. Carlos obrigou-se a entregar a Daniel determinado veículo, coisa certa e individualizada. Antes da tradição, sem culpa de Carlos, o veículo sofreu grave avaria, tornando-se substancialmente depreciado. À luz do Código Civil, Daniel poderá:

- a) exigir o cumprimento da obrigação, sem qualquer abatimento no valor.
- b) considerar extinta a obrigação, sem direito a indenização.
- c) aceitar a coisa no estado em que se encontra, com abatimento proporcional do preço.
- d) exigir a substituição do bem por outro equivalente.
- e) exigir perdas e danos, independentemente de culpa do devedor.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

116. Pedro, empresário individual regularmente inscrito na Junta Comercial, explorava atividade de fabricação de móveis. Após alguns anos de exercício da empresa, foi judicialmente interditado em razão de superveniente situação em que se tornou relativamente incapaz. Seus herdeiros desejam manter a atividade empresarial. À luz do Código Civil, é correto afirmar que:

- a) a empresa deverá ser imediatamente encerrada, pois a incapacidade absoluta impede a continuidade da atividade empresarial.
- b) a empresa poderá ser continuada por representante legal, independentemente de autorização judicial, desde que preservados os direitos de terceiros.
- c) a empresa poderá ser continuada por representante legal, mediante prévia autorização judicial, que poderá ser revogada, sem prejuízo dos direitos adquiridos por terceiros.
- d) a empresa somente poderá ser continuada se transformada em sociedade empresária limitada.
- e) a continuidade da empresa dependerá exclusivamente de autorização dos credores empresariais.

117. Uma sociedade empresária limitada teve seu capital social integralizado parcialmente. Posteriormente, os sócios deliberaram, em assembleia regularmente convocada, a aprovação de ato contrário ao contrato social, que resultou em prejuízo a terceiros. Considerando o Código Civil, é correto afirmar que:

- a) todos os sócios responderão solidária e ilimitadamente pelas obrigações assumidas pela sociedade.
- b) essa sociedade foi constituída por apenas um sócio, o que acarreta uma irregularidade com a consequente responsabilidade ilimitada.
- c) os sócios que expressamente aprovaram a deliberação responderão ilimitadamente pelos prejuízos.
- d) nenhum sócio poderá ser responsabilizado, em razão da autonomia patrimonial da pessoa jurídica.
- e) a responsabilidade pessoal dos sócios dependerá de desconsideração da personalidade jurídica.

118. Determinada sociedade anônima teve prejuízos significativos em razão de atos praticados por seus administradores com violação da lei ou do estatuto. Os acionistas minoritários pretendem responsabilizar pessoalmente os administradores. À luz da Lei nº 6.404/1976, é correto afirmar que:

- a) os administradores respondem objetivamente pelos prejuízos causados à companhia.
- b) a responsabilidade dos administradores depende da comprovação de culpa ou dolo no exercício de suas funções.
- c) os administradores jamais respondem pessoalmente perante a companhia.
- d) a responsabilização dos administradores exige prévia desconsideração da personalidade jurídica.
- e) os administradores respondem solidariamente por quaisquer prejuízos, ainda que tenham votado contra a deliberação.

119. Uma sociedade empresária teve deferido o processamento da recuperação judicial. Durante esse período, um de seus credores ajuizou execução individual visando à satisfação de crédito sujeito à recuperação. De acordo com a Lei nº 11.101/2005, é correto afirmar que:

- a) a execução poderá prosseguir normalmente até a satisfação do crédito.
- b) a execução será suspensa, mas apenas após a aprovação do plano de recuperação.
- c) a execução será extinta, independentemente da natureza do crédito.
- d) a execução será suspensa pelo prazo de 180 dias, contados do deferimento do processamento da recuperação judicial.
- e) a suspensão somente se aplica às execuções fiscais.

120. Duas sociedades empresárias celebraram operação de incorporação, pela qual uma delas foi absorvida pela outra, com extinção da incorporada. Após a operação, surgiram dívidas contraídas pela sociedade incorporada antes da incorporação. À luz da legislação societária, é correto afirmar que:

- a) a sociedade incorporadora não responde por dívidas anteriores da incorporada.
- b) os sócios da sociedade incorporada permanecem responsáveis pelas dívidas contraídas.
- c) a incorporação impede a responsabilização por obrigações pretéritas.
- d) as dívidas somente poderão ser exigidas após nova deliberação societária.
- e) a sociedade incorporadora sucede a incorporada em todos os seus direitos e obrigações.

DIREITO FINANCEIRO

Gabriela Zavadinack

121. No que se refere ao processo orçamentário brasileiro, às leis que o compõem e ao ciclo orçamentário, à luz da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias possuem natureza meramente programática, razão pela qual não vinculam a elaboração da Lei Orçamentária Anual.
- b) A fase de controle do ciclo orçamentário restringe-se ao controle externo exercido pelo Poder Legislativo, sendo vedada a atuação dos sistemas de controle interno.
- c) A Lei Orçamentária Anual encerra, do ponto de vista jurídico, o ciclo orçamentário, inexistindo previsão constitucional de controle posterior à execução da despesa.
- d) O processo orçamentário é estruturado de forma integrada, exigindo compatibilidade material entre PPA, LDO e LOA, sendo o controle fase permanente, exercida antes, durante e após a execução orçamentária.
- e) A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem por finalidade principal fixar as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, substituindo parcialmente o Plano Plurianual.

122. Durante o exercício financeiro de 2024, o Estado Alfa enfrentou enchentes de grandes proporções, que ocasionaram destruição de pontes, rodovias estaduais e prédios públicos, exigindo resposta imediata do Poder Executivo para atendimento da população e restabelecimento de serviços essenciais. À época, não havia dotação orçamentária específica na Lei Orçamentária Anual para fazer frente às despesas emergenciais necessárias. Diante desse cenário, o Governador do Estado Alfa editou ato normativo para viabilizar a execução imediata das despesas.

Com base na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 4.320/64, assinale a alternativa correta:

- a) As despesas emergenciais deveriam ser atendidas por meio de crédito suplementar, desde que houvesse autorização genérica na Lei Orçamentária Anual.
- b) A situação descrita autoriza a abertura de crédito especial, em razão da imprevisibilidade e urgência da despesa, admitindo-se sua abertura por decreto do Governador.
- c) As despesas emergenciais somente poderiam ser executadas após a aprovação de lei específica pela Assembleia Legislativa, sendo vedada qualquer forma de abertura imediata de crédito.
- d) A abertura de crédito extraordinário é incompatível com o princípio da legalidade orçamentária, devendo as despesas ser custeadas exclusivamente por remanejamento de dotações existentes.
- e) A situação descrita autoriza a abertura de crédito extraordinário, admitindo-se sua abertura por decreto do Governador, sendo possível a sua reabertura no ano seguinte caso o crédito tenha sido promulgado nos últimos quatro meses de 2024.

123. O Estado Beta, no curso da elaboração do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2026, deixou de instituir e arrecadar determinado imposto de sua competência constitucional, sob o argumento de que a carga tributária local já seria excessiva.

Paralelamente, o Poder Executivo estadual encaminhou projeto de lei concedendo isenção tributária setorial, com vigência imediata, sem a apresentação de estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

No mesmo exercício, o Poder Legislativo estadual promoveu reestimativa da receita durante a tramitação do projeto de lei orçamentária, sem comprovação de erro ou omissão técnica ou legal.

À luz da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), assinale a alternativa correta:

- a) A não instituição de imposto de competência estadual não afeta a regularidade da gestão fiscal, desde que a ausência de arrecadação seja compensada por transferências voluntárias da União.
- b) A concessão de isenção tributária setorial pode produzir efeitos imediatos, ainda que ausente estimativa de impacto orçamentário-financeiro, desde que aprovada por lei específica.
- c) A reestimativa de receita pelo Poder Legislativo é admissível sempre que vise ao equilíbrio orçamentário, ainda que ausente demonstração de erro ou omissão técnica.
- d) O Estado Beta não atende a requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal, razão por que se encontra impedido de receber transferências voluntárias e incorreu em irregularidades quanto à renúncia de receita e à reestimativa legislativa de receitas.
- e) A exigência relativa à estimativa de impacto não se aplica às isenções tributárias, mas apenas à criação ou majoração de tributos.

DIREITO PENAL*Renan Araujo*

124. Wesley e Hernane, agindo em conluio, ofereceram vantagem indevida a determinado auditor-fiscal, para que este deixasse de realizar a autuação do estabelecimento comercial do qual são sócios. O servidor rejeitou a proposta indecorosa e noticiou o fato à polícia. Durante o inquérito policial, restou comprovado que Wesley, ao tempo do fato, em razão de doença mental, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito de seu comportamento, bem como restou comprovado que Hernane estava completamente embriagado pela imprudência na ingestão de álcool.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Wesley é inimputável, mas Hernane é imputável, sem redução de pena.
- b) ambos serão considerados inimputáveis.
- c) ambos serão considerados plenamente imputáveis.
- d) Wesley é inimputável, mas Hernane é imputável, com redução de pena.
- e) Wesley é semi-imputável, mas Hernane é imputável.

125. Durante um churrasco entre amigos, Isabela conta que sua empresa tem débitos tributários junto à Secretaria Estadual de Fazenda. Percebendo a oportunidade, William abordou Isabela ao final do churrasco, disse que conhecia o auditor-fiscal responsável e solicitou para si a quantia de R\$ 5.000,00, alegando que poderia convencê-lo cancelar o lançamento fiscal relativo aos débitos da empresa de Isabela. William alegou, ainda, que parte do valor seria repassada ao auditor. Todavia, William não pretendia exercer qualquer influência sobre o auditor, almejando apenas obter vantagem indevida em prejuízo de Isabela. Isabela, porém, não efetuou o pagamento, pois não acreditou nas palavras de William.

Nessa situação, William deverá responder pelo crime de:

- a) tráfico de influência, consumado, com aumento de pena de metade.
- b) tráfico de influência, tentado, sem aumento de pena.
- c) tráfico de influência, consumado, sem aumento de pena.
- d) corrupção ativa, tentado.
- e) corrupção ativa, consumado.

DIREITO TRIBUTÁRIO*Fernando Mauricio*

126. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta a respeito da contribuição de melhoria:

- a) pode ser cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições.
- b) é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.
- c) o seu valor arrecadado será utilizado para financiar a obra pública realizada.
- d) possui como limite total a despesa realizada.
- e) possui como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

127. O Estado alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, o Estado aplica em suas atividades institucionais.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança de tributos do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedida aos Entes Federados.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que o Estado é isento do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e o Estado, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que o Estado não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU é devido, e o particular, na figura de responsável tributário, deve efetuar o pagamento.

128. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, julgue os itens a seguir:

- I-) Cabe à Resolução do Senado Federal estabelecer as alíquotas máximas do ITCMD - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação.
- II-) Resolução do Senado Federal poderá estabelecer as alíquotas internas mínimas do ICMS.
- III-) Salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.

e) I.

129. Em relação à obrigação tributária, fato gerador, sujeito passivo e sujeito ativo, julgue os itens a seguir, indicando o **incorreto**.

- a) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- b) A Obrigação acessória tem por objeto o pagamento de juros, multas e acréscimos financeiros, enquanto a obrigação principal tem por objeto o pagamento de tributos.
- c) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- d) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- e) Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

130. Em relação à Responsabilidade Tributária, à Luz do CTN, julgue os itens a seguir:

I-) A Capacidade Tributária Passiva pode existir, ainda que a capacidade mental do sujeito passiva esteja totalmente comprometida.

II-) Havendo previsão em lei, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

III-) No caso de Responsabilidade Solidária, salvo disposição de lei em contrário, o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) I e II, apenas
- d) II e III, apenas.
- e) III, apenas.

131. Em relação à moratória, conforme dispõe o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) Do contribuinte devedor, contemplado irregularmente com o benefício da moratória, por motivo de dolo ou simulação, não serão cobrados juros de mora, mas será aplicada penalidade pecuniária.
- b) A moratória somente pode ser concedida, tanto nos casos de caráter individual como em caráter geral, por despacho da autoridade administrativa, e desde que autorizada por lei ou decreto, expedido pela pessoa jurídica de direito público competente para instituir o tributo a que se refira.
- c) A concessão da moratória em caráter individual gera direito adquirido ao sujeito passivo.
- d) Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido

iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

e) A moratória suspende a exigibilidade do crédito tributário e dispensa o cumprimento das obrigações acessórias relacionadas com o tributo, cujo crédito tributário está suspenso.

132. A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

- a) à situação econômica do sujeito ativo.
- b) ao erro ou ignorância inexcusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato.
- c) a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso.
- d) à diminuta importância da obrigação tributária.
- e) ao interesse do sujeito passivo.

133. A Empresa ABCXY Ltda., era devedora de ICMS, cujo Fato Gerador ocorreu no dia 05/05/2025, e cujo respectivo recolhimento deveria ocorrer até o dia 10/06/2025. Ocorre que somente no dia 12/06/2025 a empresa declarou ao Fisco seu débito de ICMS no valor de R\$450.000,00, e efetuou o pagamento de R\$320.000,00.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta:

- a) Há um prazo decadencial para o Fisco lançar a diferença de R\$130.000,00, a contar do primeiro dia do exercício seguinte àquele que o lançamento poderia ter efetuado.
- b) Há um prazo decadencial para o Fisco lançar a diferença de R\$130.000,00, a contar do Fato Gerador da Obrigação.
- c) Há um prazo decadencial para o Fisco cobrar a diferença de R\$130.000,00, a contar da data da declaração ao Fisco.
- d) Há um prazo prescricional para o Fisco cobrar a diferença de R\$130.000,00, a contar da data da declaração ao Fisco.
- e) Não é caso nem de decadência e nem de prescrição, estando o sujeito passivo apenas aguardando a homologação do pagamento.

134. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN, julgue os itens a seguir:

I-) A legislação tributária aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.

II-) Estão sujeitos a fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, inclusive aqueles que não são de escrituração obrigatória, limitado o exame aos pontos objeto da investigação.

III-) Mediante intimação escrita ou verbal, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

135. Será emitida Certidão Positiva com Efeito de Negativa nos seguintes casos, exceto:

- a) A certidão que conste a existência de créditos parcelados.
- b) A certidão que conste a existência de créditos não vencidos.
- c) A certidão que conste a existência de créditos objeto de recurso administrativo.
- d) A certidão que conste a existência de créditos em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora.
- e) A certidão que conste a existência de créditos objeto de reclamação judicial.

136. Assinale a alternativa que indique corretamente o prazo prescricional da ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

- a) 5 anos, podendo haver interrupção deste prazo.
- b) 5 anos, não sendo possível a interrupção deste prazo.
- c) 2 anos, podendo haver interrupção deste prazo.
- d) 2 anos, não sendo possível a interrupção deste prazo.
- e) 10 anos, não sendo possível a interrupção deste prazo

137. Uma empresa em São Paulo vende um bem para um adquirente no município de Curitiba, no Estado do Paraná. Para fins de cálculo do IBS sobre esta operação, de acordo com a LC 214/25, qual alíquota será aplicada?

- a) A alíquota do Estado de São Paulo, por ser o local de origem da operação.
- b) A alíquota do Município de Curitiba.
- c) A soma da alíquota do Estado do Paraná e da alíquota do Município de Curitiba.
- d) A alíquota estabelecida pela União para operações interestaduais.
- e) A alíquota mais alta entre o Estado de São Paulo e o Estado do Paraná.

138. A respeito das características do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de acordo com as disposições da Constituição Federal (CF/88) trazidas pelas Reforma Tributária, assinale a alternativa correta:

- a) O IBS incide apenas sobre operações com bens materiais, excluindo a incidência sobre serviços, uma vez que estes já são abrangidos pela contribuição para o financiamento da seguridade social.
- b) A incidência do IBS sobre importação de bens e serviços depende da habitualidade e da destinação econômica do bem ou serviço importado, sendo aplicável somente às pessoas jurídicas.
- c) O IBS é um tributo cumulativo, significando que não é permitido o aproveitamento de créditos fiscais nas operações subsequentes realizadas pelo contribuinte.
- d) As operações de exportação são imunes ao IBS, mas não é garantida ao exportador a manutenção e o aproveitamento dos créditos relacionados às aquisições internas para fins de exportação.
- e) A legislação que regulamenta o IBS será única e uniforme em todo o território nacional, mas cada ente federativo possui competência para definir a sua própria alíquota por meio de lei específica.

139. A Lei Complementar 214/2025 prevê a incidência de IBS e CBS sobre fornecimentos não onerosos ou a valor inferior ao de mercado realizados por contribuinte a parte relacionada. Para fins dessa lei, quando se considera que as partes são relacionadas?

- a) Quando uma delas detém mais de 50% do capital social da outra, exclusivamente.
- b) Quando há um acordo formal de cooperação comercial entre as partes, independentemente de influência.
- c) Quando no mínimo uma delas estiver sujeita à influência, exercida direta ou indiretamente por outra parte, que possa levar ao estabelecimento de termos e condições em suas transações que

divirjam daqueles que seriam estabelecidos entre partes não relacionadas.

- d) Apenas quando o controlador e suas controladas realizam operações entre si.
- e) A Lei Complementar 214/2025 não oferece uma definição para "partes relacionadas", deixando isso a cargo do regulamento.

140. A LC 214/25 prevê um mecanismo automatizado de pagamento para o IBS e a CBS. Sobre esse mecanismo, assinale a alternativa correta:

- a) A utilização do mecanismo automatizado é compulsória para todos os contribuintes, visando maior eficiência na arrecadação.
- b) O mecanismo automatizado permite apenas a retirada de valores de contas de titularidade do contribuinte, para fins de pagamento.
- c) O Comitê Gestor do IBS e a Receita Federal do Brasil devem obrigatoriamente utilizar um mecanismo automatizado de pagamento para todos os contribuintes.
- d) A oferta desse mecanismo é uma prerrogativa do Comitê Gestor do IBS e da RFB, e sua utilização pelo contribuinte depende de prévia autorização.
- e) O mecanismo automatizado é uma modalidade de extinção do débito distinta do pagamento pelo contribuinte.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA*Eduardo da Rocha*

141. No regime do RICMS paulista, determinadas saídas e operações são expressamente afastadas do campo de incidência do imposto, seja pela ausência de circulação jurídica da mercadoria, seja pela proteção conferida a certos bens ou sujeitos. Considerando essas hipóteses de não incidência, analise as afirmativas abaixo:

- I. A saída de mercadoria com destino a armazém geral ou a depósito fechado, ambos localizados no Estado de São Paulo, para depósito em nome do próprio remetente ou do próprio contribuinte, não configura hipótese de incidência do ICMS.
- II. A saída de máquinas, equipamentos ou ferramentas do estabelecimento do contribuinte para conserto, revisão ou recondicionamento, ainda que retornem posteriormente ao estabelecimento de origem, caracteriza fato gerador do ICMS por se tratar de bem do ativo.
- III. As operações que envolvam livros, jornais e periódicos, bem como o papel destinado à sua impressão, estão abrangidas por regra de não incidência do ICMS, sendo que, quanto ao papel, a fruição desse tratamento depende de prévio reconhecimento pelo fisco.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

142. O cadastro de contribuintes do ICMS desempenha papel essencial na atuação da Administração Tributária paulista, permitindo o controle, a fiscalização e a correta definição do domicílio fiscal dos contribuintes. À luz das regras aplicáveis à inscrição estadual e ao domicílio fiscal, analise as afirmativas abaixo de acordo com o RICMS-SP:

- I. A inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS pode ser solicitada pelo próprio interessado, mediante declaração, ou efetuada de ofício pela Administração Tributária, podendo ainda ser concedida por prazo determinado ou indeterminado.
- II. Caso o estabelecimento esteja situado em imóvel localizado no território de mais de um município, o domicílio fiscal será aquele em que estiver localizada a maior área territorial do imóvel e, na impossibilidade de sua determinação, o município onde se localizar a sede do estabelecimento.
- III. Para ambulantes, feirantes, pescadores, armadores de pesca e prestadores autônomos de serviços, o domicílio fiscal será definido, como regra, pelo local onde exerçam predominantemente suas atividades no território paulista.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

143. A correta definição do local da operação ou da prestação é fundamental para a cobrança do ICMS e para a identificação do estabelecimento responsável pelo recolhimento do imposto, especialmente em operações realizadas em ambiente virtual e em prestações de transporte. À luz das regras aplicáveis no RICMS do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta:

- a) Nas operações realizadas em ambiente virtual, o local da operação será qualquer estabelecimento da empresa ou a residência da pessoa física em São Paulo.
- b) No serviço de transporte de passageiros, considera-se como local de início da prestação aquele onde se inicia trecho de viagem indicado no bilhete de passagem, inclusive, no transporte aéreo, os casos de escala ou conexão.
- c) O transbordo de carga ou de passageiros, ainda que realizado com veículo próprio e com menção no documento fiscal, caracteriza o início de nova prestação de serviço de transporte.
- d) No transporte iniciado no exterior e realizado por etapas, a etapa que tiver origem em território paulista será considerada início da prestação, desde que não se trate de mero transbordo.
- e) Nas modalidades pré-pagas de serviços de comunicação, o imposto será devido à unidade federada onde estiver localizado o estabelecimento do prestador responsável pela disponibilização dos créditos.

144. No RICMS paulista, a legislação estabelece regras específicas tanto para a definição da base de cálculo quanto para a aplicação de alíquotas diferenciadas, especialmente em operações relacionadas ao fornecimento de energia elétrica e a determinados valores acessórios cobrados nas operações. Considerando essas disposições, assinale a alternativa incorreta:

- a) O valor correspondente à gorjeta pode ser excluído da base de cálculo do ICMS incidente no fornecimento de alimentação e bebidas por bares, restaurantes, hotéis e estabelecimentos similares,

desde que observado o limite máximo de 10% do valor da conta.

- b) Quando a gorjeta for cobrada pelo contribuinte como adicional na conta apresentada ao cliente, o respectivo valor deve ser discriminado no documento fiscal emitido.
- c) Nas operações de fornecimento de energia elétrica destinadas a unidades residenciais com consumo mensal de até 200 kWh, aplica-se a alíquota de 12%.
- d) O fornecimento de energia elétrica utilizada no transporte público eletrificado de passageiros sujeita-se à alíquota de 12% do ICMS.
- e) As regras de exclusão da gorjeta da base de cálculo do ICMS não se aplicam aos contribuintes enquadrados no Regime do Simples Nacional.

145. Com base na Lei Complementar nº 24/75, que disciplina a concessão e a revogação de isenções e de outros benefícios fiscais relativos ao ICMS, analise as afirmativas abaixo:

- I. A concessão de isenções do ICMS, bem como de benefícios que resultem em redução ou eliminação do ônus tributário, depende de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal.
- II. A concessão de benefícios fiscais por meio de convênio exige decisão unânime dos Estados representados na reunião, enquanto a sua revogação total ou parcial depende da aprovação de, no mínimo, quatro quintos desses representantes.
- III. A ausência de manifestação do Poder Executivo estadual no prazo legal acarreta rejeição tácita do convênio celebrado.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

146. Com base na Lei Complementar nº 160/17, que permitiu aos Estados e ao Distrito Federal deliberar, por meio de convênio, sobre a remissão de créditos tributários e a reinstituição de benefícios fiscais do ICMS concedidos em desacordo com as regras constitucionais, assinale a alternativa correta:

- a) O convênio destinado à remissão de créditos tributários e à reinstituição de benefícios fiscais depende de aprovação unânime dos Estados e do Distrito Federal.
- b) O convênio poderá ser aprovado e ratificado com o voto favorável de, no mínimo, dois terços das unidades federadas, sendo dispensada a observância de quórum mínimo por região do País.
- c) A aprovação do convênio exige o voto favorável de, no mínimo, três quintos das unidades federadas, observado o critério de maioria simples em cada região do País.
- d) O convênio poderá ser aprovado e ratificado com o voto favorável de, no mínimo, dois terços das unidades federadas e, cumulativamente, com o voto favorável de, no mínimo, um terço das unidades federadas integrantes de cada uma das cinco regiões do País.
- e) A remissão dos créditos tributários decorrentes de benefícios fiscais irregulares pode ser concedida por lei estadual específica, independentemente da celebração de convênio.

147. Com base na Lei Complementar Federal nº 192/2022, que estabeleceu regras específicas para a incidência do ICMS sobre combustíveis, inclusive quanto à definição do contribuinte e ao momento da ocorrência do fato gerador, analise as afirmativas abaixo:

- I. São contribuintes do ICMS incidente sobre combustíveis apenas o produtor e o importador, não alcançando pessoas que realizem atividades acessórias ou residuais relacionadas à produção.
- II. Considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS, nas operações internas com combustíveis, no

momento da saída do produto do estabelecimento do contribuinte.

III. No caso de importação de combustíveis, o fato gerador do ICMS ocorre no momento do desembarço aduaneiro.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

148. Com base no Decreto nº 54.714/2009, que disciplina o lançamento de ofício do IPVA no Estado de São Paulo, inclusive quanto à notificação, à contestação do lançamento e às consequências do não pagamento, assinale a alternativa correta:

- a) O lançamento de ofício do IPVA somente se considera efetuado após o encerramento do prazo para apresentação de contestação pelo interessado.
- b) Na hipótese de recolhimento parcial do IPVA, a autoridade administrativa deverá lançar novamente a totalidade do imposto devido, sem considerar o valor já pago.
- c) O interessado poderá contestar o lançamento de ofício do IPVA no prazo de 30 dias, ainda que tenha recolhido integralmente o débito fiscal.
- d) As incorreções ou omissões existentes na notificação de lançamento de ofício acarretam a nulidade do lançamento, não havendo que se falar em correção pela autoridade fiscal.
- e) Julgada improcedente a contestação, no todo ou em parte, o interessado deverá, no prazo de 30 dias, recolher o débito fiscal ou apresentar, uma única vez, recurso à autoridade imediatamente superior.

149. Com base na Lei nº 13.296/2008, que disciplina o IPVA no Estado de São Paulo, especialmente quanto ao momento de ocorrência do fato gerador em situações específicas que não envolvem a simples propriedade anual do veículo, analise as afirmativas abaixo:

- I. No caso de veículo submetido a encarroçamento, considera-se ocorrido o fato gerador do IPVA na data do registro do veículo junto ao órgão de trânsito, desde que a carroceria tenha sido acoplada ao chassi antes da venda.
- II. No caso de veículo novo adquirido em leilão, considera-se ocorrido o fato gerador do IPVA na data da arrematação, independentemente de quando se dê o efetivo registro ou licenciamento do veículo.
- III. Quando o veículo deixa de preencher requisito que tenha dado causa à imunidade, isenção ou dispensa de pagamento do IPVA, considera-se ocorrido o fato gerador na data em que cessar o atendimento desse requisito.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa II está correta.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Rafael Rocha (Caverna)

150. João, domiciliado em SP, efetuou uma doação de um carro a seu irmão José, domiciliado no RJ, no valor de R\$ 200.000,00. Estabeleceu, todavia, a condição de que o irmão deverá buscar os filhos de João na escola, todas às sextas-feiras.

Julgue os itens a seguir:

- I. Não haverá incidência do ITCMD, em razão de a doação ter sido efetuada com encargo.

II. A base de cálculo será o valor fixado para lançamento do IPVA.

III. José será o contribuinte do ITCMD, em favor de São Paulo.

- a) Não há item correto.
- b) Somente o item I está correto.
- c) Somente o item III está correto.
- d) Somente os itens I e III estão corretos.
- e) Somente os itens II e III estão corretos.

151. Paulo faleceu em 08/12/21. João, seu filho, procedeu à abertura do inventário em 17/03/22, tendo recolhido o imposto devido no prazo previsto na legislação. Nesse caso, pode-se afirmar que:

- a) Não será aplicada nenhuma multa, pelo fato de o imposto ter sido recolhido no prazo previsto na legislação.
- b) Será aplicada uma multa de 5% do valor do imposto devido.
- c) Será aplicada uma multa de 10% do valor do imposto devido.
- d) Será aplicada uma multa de 15% do valor do imposto devido.
- e) Será aplicada uma multa de 20% do valor do imposto devido.

152. Constitui hipótese de não incidência do ITCMD:

- a) A transmissão por doação realizada por templos de qualquer culto.
- b) extinção do usufruto, quando o nu-proprietário tiver sido o instituidor.
- c) sobre o fruto e rendimento do bem do espólio havidos após o falecimento do autor da herança ou legado.
- d) A renúncia total efetuada em favor de herdeiro determinado.
- e) A doação de direitos reais sobre imóveis.

153. Será concedido desconto de 5% sobre o ITCD devido em razão da transmissão causa mortis, caso o imposto seja recolhido no prazo de:

- a) 60 dias contados da abertura da sucessão.
- b) 60 dias contados da abertura do inventário.
- c) 90 dias contados da abertura da sucessão.
- d) 90 dias contados da abertura do inventário.
- e) 180 dias contados da abertura da sucessão.

154. Suponha a seguinte situação: João é julgador de 1ª instância. Seu primo, Márcio, é sócio de uma empresa contra a qual foi emitida uma notificação fiscal exigindo, de ofício, um valor de ICMS não recolhido. O filho de Márcio, Paulo, também é sócio de uma empresa que foi autuada pelo Fisco paulista. Ambas as notificações fiscais encontram-se em julgamento na 1ª instância. Considerando o que dispõe a legislação do PAT-SP, assinale a opção correta:

- a) João poderá participar da sessão de julgamento dos processos envolvendo Márcio e Paulo, pois não há previsão de impedimento para os Julgadores de 1ª instância.
- b) João não poderá participar da sessão de julgamento de nenhum dos casos.
- c) João só poderá participar da sessão de julgamento do processo envolvendo Paulo.
- d) João poderá participar da sessão de julgamento de ambos os casos, por não estar configurado qualquer impedimento legal.
- e) João só poderá participar da sessão de julgamento do processo envolvendo Márcio.

155. A respeito do Processo Administrativo Tributário, é correto afirmar que

- a) os atos processuais dependem de forma determinada.
- b) o Recurso Voluntário é um recurso de 1ª instância administrativa.
- c) Será proferida decisão administrativa no prazo máximo de 365 dias a contar do protocolo de petições, impugnações, defesas ou recursos administrativos.
- d) a nulidade de qualquer ato prejudica todos os atos posteriores.
- e) não impede a lavratura do auto de infração a propositura pelo autuado de ação judicial por qualquer modalidade processual, com o mesmo objeto, exceto quando verificada a ocorrência de depósito ou garantia.

CONTABILIDADE GERAL

Silvio Sande

156. A empresa Santana S.A. negociou com um fornecedor a aquisição de 240.000 unidades de determinada mercadoria que deveriam ser entregues nos 12 meses posteriores. A negociação ocorreu em 31/05/2025 e, tendo em vista a perspectiva de aumento de preços no período, a Santana S.A. pagou, nesta data, o valor integral de R\$ 36.000.000,00 ao fornecedor.

Durante o ano de 2025, a empresa requereu, e o fornecedor entregou, 70% do total de unidades contratadas. O valor evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2025, correspondente ao direito que a empresa Santana S.A. detinha sobre o fornecedor foi, em reais:

- a) 0,00.
- b) 7.200.000,00.
- c) 10.000.000,00.
- d) 10.800.000,00.
- e) 25.200.000,00

157. uma loja de revenda de carros contratou o aluguel de um imóvel comercial por 18 meses no mês de fevereiro de X1 e pagou antecipadamente o valor de R\$ 54.000,00, referente ao aluguel dos 18 meses. Sabendo-se que a contabilidade do escritório é feita a regime de competência, no encerramento de X1, esse pagamento será contabilizado da seguinte forma:

- a) R\$ 33.000,00 em Despesas; R\$ 21.000,00 no Ativo.
- b) R\$ 30.000,00 em Ativo.
- c) R\$ 30.000,00 em Despesas.
- d) R\$ 21.000,00 no Ativo e R\$ 33.000 em Despesas.
- e) R\$ 33.000,00 no Ativo.

158. A Cia. Rio Preto adquiriu, em 31/12/2018, um equipamento por R\$ 1.360.000,00 à vista. Na data da aquisição, a Cia. estimou a vida útil econômica deste equipamento em 20 anos e o valor residual em R\$ 160.000,00. Em 31/12/2019, após o reconhecimento da depreciação referente ao ano de 2019, a Cia. reavaliou a vida útil do equipamento para 15 anos e reestimou o valor residual para R\$ 100.000,00. Com base nestas informações sabendo que a empresa utiliza o método das cotas constantes para calcular a despesa com depreciação, o valor da Depreciação Acumulada evidenciado no Balanço Patrimonial da Cia. Rio Preto, em 31/12/2020, foi, em reais, de

- a) 140.000,00.
- b) 157.500,00.
- c) 168.000,00.
- d) 135.000,00
- e) 170.000,00.

A Cia. Tatuapé está respondendo a processos em diversas áreas. Em 31/12/2024, apresentava as seguintes informações sobre seus processos, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	500.000	Provável
Fiscal I	400.000	Provável
Cível	200.000	Possível

Para o fechamento do Balanço Patrimonial em 31/12/2025, a Cia. reavaliou os processos nos quais estava envolvida e# obteve as seguintes informações, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	600.000	Provável
Fiscal I	200.000	Provável
Fiscal II	300.000	Possível
Cível	420.000	Provável
Ambiental	150.000	Remota

Com base nas informações, responda às questões **159** e **160**.

159. O impacto no resultado de 2025 decorrente da reavaliação dos processos judiciais foi, em reais,

- a) 200.000,00 negativo.
- b) 720.000,00 negativo.
- c) 40.000,00 positivo.
- d) 320.000,00 negativo.
- e) 580.000,00 negativo.

160. O valor evidenciado no balanço patrimonial da empresa enrolada correspondentes às provisões, foi, em reais,

- a) 600.000,00.
- b) 720.000,00.
- c) 800.000,00.
- d) 1.100.000,00.
- e) 1.320.000,00.

As características das aplicações financeiras realizadas por uma empresa no dia 01/12/2024 são apresentadas na tabela a seguir:

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2020 (R\$)
2.000.000,00	31/05/2024	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2%a.m.	2.300.000,00
4.000.000,00	30/06/2023	Mensuração ao custo amortizado	4%a.m.	4.100.000,00
4.000.000,00	31/10/2022	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	3%a.m.	4.200.000,00

Com base nas informações, responda às questões **161** e **162**.

161. O impacto reconhecido no resultado de dezembro de 2024 da empresa, referente às aplicações financeiras realizadas em 01/12/2024, foi, em reais,

- a) 100.000,00.
- b) 160.000,00
- c) 240.000,00
- d) 400.000,00.
- e) 440.000,00.

162. O valor que será reconhecido no balanço patrimonial em 31/12/2024 referente às três aplicações, foi em reais,

- a) 10.000.000,00.
- b) 10.400.000,00.
- c) 10.660.000,00.
- d) 10.760.000,00.
- e) 10.840.000,00.

163. A Cia. Comercial Guarulhos adquiriu produtos para revenda e desembolsou os seguintes valores:

- Valor total dos produtos adquiridos: R\$ 1.200.000,00
- Valor total do seguro: R\$ 60.000,00

No valor total dos produtos adquiridos estavam inclusos:

- Tributos recuperáveis:R\$ 140.000,00
- Tributos não recuperáveis:R\$ 100.000,00

A Cia. Comercial Guarulhos revendeu metade dos produtos adquiridos por R\$ 1.600.000,00, concedendo 10% de desconto pelo pagamento à vista. Sobre o valor da venda, houve a incidência de ICMS no valor de R\$ 240.000,00, a Cia. pagou comissão para os vendedores no valor de R\$ 20.000,00 e arcou com o pagamento do frete para entrega dos produtos vendidos no valor de R\$ 18.000,00. Com base nessas informações, o valor do lucro bruto apurado pela Cia. Comercial Guarulhos, em relação à transação realizada foi, em reais,

- a) 556.000,00
- b) 580.000,00
- c) 600.000,00
- d) 620.000,00
- e) 640.000,00

164. São itens evidenciados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, mas que NÃO alteram o total do Patrimônio Líquido:

- a) Lucro Líquido do Exercício e constituição da Reserva Legal.
- b) Reversão da Reserva para Contingência e constituição da Reserva de Lucros a Realizar.
- c) Distribuição de dividendos e aumento de capital social com capitalização de reservas.
- d) Aquisição de ações de emissão da própria empresa e constituição da Reserva de Incentivos Fiscais.
- e) Aumento de capital social com integralização em dinheiro e absorção de prejuízos com Reservas de Lucros.

Em 31/12/2023, a Cia. Santo André adquiriu 80% das ações da Cia. São Bernardo pelo valor de R\$ 30.000.000,00 à vista. Na data da aquisição, o patrimônio líquido contabilizado da Cia. São Bernardo era de R\$ 20.000.000,00 e o valor justo líquido dos seus ativos e passivos identificáveis era R\$ 25.000.000,00, sendo a diferença decorrente de um ativo imobilizado adquirido anteriormente e avaliado pelo custo.

No período de 01/01/2024 a 31/12/2024, a Cia. São Bernardo reconheceu as seguintes mutações em seu patrimônio líquido:

- Lucro líquido: R\$ 1.000.000,00.
- Distribuição de dividendos: R\$ 500.000,00.
- Ajustes acumulados de conversão de investida no exterior: R\$ 200.000,00 (saldo devedor).

Com base nas informações, responda às questões 165 e 166.

165. O valor do ágio pago pela Cia. Santo André na aquisição do investimento na Cia. Anápolis foi, em reais,

- a) 4.000.000,00.
- b) 10.000.000,00.
- c) 14.000.000,00.
- d) 24.000.000,00.
- e) 28.000.000,00.

166. O valor reconhecido pela Cia Santo André no grupo Investimentos, na data de aquisição foi, em reais,

- a) 16.000.000,00.
- b) 20.000.000,00.
- c) 25.000.000,00.
- d) 28.000.000,00.
- e) 30.000.000,00.

Em 01/01/2023 uma empresa obteve um empréstimo no valor de R\$ 20.000.000,00 com as seguintes características:

- Prazo total: 5 anos
- Taxa de juros compostos: 9,1% ao ano
- Pagamento do principal e juros: 01/01/2028

Para a obtenção do empréstimo a empresa incorreu em custos de transação no valor total de R\$ 600.000,00, pagos na data da obtenção do empréstimo, e a taxa de custo efetivo da emissão foi 10,00% ao ano.

Com base nas informações, responda às questões 167 e 168.

167. O valor dos encargos financeiros decorrentes deste empréstimo reconhecidos no resultado do ano de 2023 em reais,

- a) 1.210.000,00
- b) 1.400.000,00
- c) 1.900.000,00
- d) 1.940.000,00
- e) 2.000.000,00

168. O saldo contábil do empréstimo apresentado no balanço patrimonial em 31/12/2023, foram, respectivamente, em reais,

- a) 19.400.000,00.
- b) 21.340.000,00.
- c) 23.640.000,00.
- d) 25.600.000,00.
- e) 28.000.000,00.

169. A empresa Vende Tudo S.A. adquiriu, em 31/01/2015, um lote de produtos para serem comercializados no valor de R\$ 255.000,00, a prazo. Em função de sua situação financeira, a empresa negociou com seu fornecedor para que pudesse pagar estes produtos em 15/05/2016. Sabe-se que, se a empresa Vende Tudo S.A. tivesse adquirido estes produtos à vista, teria pago R\$190.000,00. Em 03/02/2015, a empresa vendeu 60% deste lote de produtos por R\$222.000,00, para serem recebidos integralmente em 15/06/2016. Sabe-se que, se a venda tivesse sido à vista, a empresa Vende Tudo S.A. teria recebido R\$188.500,00. Com base nestas informações, é correto afirmar que a empresa Vende Tudo S.A. reconheceu, em reais,

- a) Estoques no valor de 255.000,00, na data da aquisição.
- b) Receita de Vendas no valor de 222.000,00, na data da venda.
- c) Receita de Vendas no valor de 188.500,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 114.000,00, na data da venda.
- d) Receita de Vendas no valor de 188.500,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 153.000,00, na data da venda.
- e) Receita de Vendas no valor de 222.000,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 114.000,00, na data da venda.

170. Uma sociedade empresária apresentava as seguintes contas em sua Demonstração do Resultado do exercício de 31/12/2022:

Compras de estoque: R\$ 100.000;
Estoque inicial: R\$ 30.000;
Estoque final: R\$ 40.000;
Devolução de compras: R\$ 20.000;
Devolução de vendas: R\$ 15.000;
Vendas brutas: R\$ 400.000;
Descontos: R\$ 25.000;
Abatimentos concedidos: R\$ 10.000;

Despesas operacionais: R\$ 60.000;

Receitas financeiras: R\$ 100.000.

Assinale a opção que indica o lucro bruto da empresa em 31/12/2022.

- a) R\$ 280.000
- b) R\$ 285.000
- c) R\$ 305.000
- d) R\$ 330.000
- e) R\$ 345.000

AUDITORIA

Guilherme Sant'Anna

171. Em relação aos objetivos gerais do auditor independente segundo a NBC TA 200, assinale a alternativa correta.

- a) O auditor tem como principal objetivo garantir a viabilidade econômica da entidade auditada.
- b) A auditoria deve comprovar que a administração conduziu os negócios de forma eficiente.
- c) O objetivo do auditor é obter garantia de que não há distorções relevantes.
- d) O auditor deve aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários.
- e) A principal responsabilidade do auditor é garantir a eficácia dos controles internos.

172. Com base na NBC TA 230, a documentação de auditoria deve ser suficiente para permitir que um auditor experiente, sem envolvimento prévio com o trabalho, compreenda:

- a) a natureza, época e extensão dos procedimentos realizados, os resultados obtidos e os assuntos significativos identificados.
- b) os objetivos estratégicos da entidade auditada.
- c) as dificuldades enfrentadas pela administração ao longo do exercício.
- d) os motivos pelos quais o auditor aceitou o trabalho.
- e) os resultados dos testes aplicados pela entidade.

173. O relatório do auditor deve incluir a seção “Base para Opinião”, que:

- a) descreve o plano de trabalho do auditor.
- b) detalha as responsabilidades da administração pelas demonstrações.
- c) afirma que a auditoria foi conduzida em conformidade com as normas aplicáveis.
- d) apresenta a metodologia utilizada pela entidade auditada.
- e) deve ser assinada pelo responsável pela governança.

174. Em relação à amostragem em auditoria, é correto afirmar que:

- a) O uso de amostragem elimina a necessidade de procedimentos substantivos.
- b) Itens específicos não podem ser selecionados com base em julgamento do auditor.
- c) A amostragem objetiva fornecer base razoável para conclusões sobre a população.
- d) Apenas técnicas estatísticas são aceitas.
- e) O uso da amostragem é restrito ao setor público.

175. Quando o auditor realiza o acompanhamento da contagem de estoques feita pelos empregados da entidade, ele está aplicando o procedimento de:

- a) inspeção.
- b) observação.
- c) circularização.
- d) recálculo.
- e) análise documental.

176. Segundo a NBC TA 240, é responsabilidade da administração:

- a) elaborar as demonstrações contábeis e prevenir fraudes.
- b) planejar a auditoria e aplicar testes substantivos.
- c) emitir opinião sobre a eficácia dos controles internos.
- d) relatar ao mercado as conclusões da auditoria.
- e) monitorar os papéis de trabalho do auditor.

177. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Distorções são consideradas relevantes quando for razoavelmente esperado que essas possam influenciar as decisões econômicas de usuários tomadas com base nas demonstrações financeiras
- b) Materialidade de desempenho é o valor definido pelo auditor como menor do que a materialidade global a fim de reduzir o risco de agregação a um nível adequado.
- c) Se aplicável, a materialidade de desempenho também se refere ao valor definido pelo auditor em um nível inferior ao da materialidade de classes específicas de transações, saldos contábeis ou divulgações.
- d) A probabilidade de que o agregado de distorções não corrigidas e não detectadas exceda a materialidade das demonstrações contábeis como um todo é denominada risco de agregação.
- e) Julgamentos sobre quais assuntos são relevantes para usuários das demonstrações contábeis são baseados em considerações sobre as necessidades de informações específica de grupos mais relevantes do quadro societário

178. Avalie os itens a seguir:

- I. A identificação das mercadorias comercializadas com a utilização da NF-e deverá conter o seu correspondente código estabelecido na Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM.
- II. Um contribuinte localizado no município de Araraquara, que se encontrava em situação de irregularidade fiscal junto à SEFAZ SP, transmitiu – via internet – o arquivo digital de uma NF-e emitida em 14/12/2025. Após proceder sua análise, no caso em tela, a administração tributária cientificará o emitente quanto à denegação da autorização de uso.
- III. A administração tributária cientificará o emitente da rejeição do arquivo da NF-e, em virtude de falha na recepção ou no processamento do arquivo.

Estão corretas:

- a) I, somente
- b) II, somente
- c) III, somente
- d) I e III
- e) I, II e III

179. Ao empregar os trabalhos de um especialista do auditor, com base na NBC TA 620,

- a) o auditor e o especialista tornam-se corresponsáveis pela conclusão a ser emitida no relatório, desde que o auditor tenha avaliado como adequado o trabalho do especialista
- b) o auditor é o único responsável pela conclusão a ser emitida, cabendo-lhe avaliar a competência, a objetividade e a adequação do trabalho do especialista contratado.
- c) A especialização em área que não contabilidade ou auditoria não deve incluir especialização relacionada a temas sensíveis, como análise de assuntos complexos ou não usuais de natureza fiscal.
- d) Se a especialização em área ligada à contabilidade ou auditoria é necessária para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, o auditor deve

determinar a necessidade de utilizar o trabalho de especialista.

- e) o auditor deve, necessariamente, fazer referência ao trabalho do especialista em seu relatório

180. O Registro C190 do Bloco C da EFD-ICMS/IPI tem como objetivo

- a) discriminar os itens da nota fiscal (mercadorias e/ou serviços constantes em notas conjugadas), inclusive em operações de entrada de mercadorias acompanhadas de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) de emissão de terceiros.
- b) informar os valores relativos à apuração do ICMS referentes às operações próprias.
- c) prestar informações sobre o CIAP:
- d) discriminar os valores totais dos itens/produtos do inventário realizado em 31 de dezembro de cada exercício
- e) representar a escrituração dos documentos fiscais totalizados por CST, CFOP e Alíquota de ICMS.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO TRIBUTÁRIO AVANÇADO***Fábio Dutra*

181. Acerca do local da operação para fins de IBS, segundo a LC 214/25, considere as assertivas abaixo:

- I. Para serviços não especificados na LC 214/25, o local da operação é o local do domicílio principal do adquirente, nas operações onerosas, mesmo que este seja domiciliado no exterior.
- II. Para serviços de telefonia fixa e demais serviços de comunicação prestados por meio de cabos, fios e fibras, o local da operação é o local de instalação do terminal.
- III. Para serviço de exploração de via, mediante cobrança de pedágio, o local da operação é o território de cada Município e Estado, proporcionalmente à correspondente extensão da via explorada.

Está(ão) correta(s):

- a) Apenas II e III.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) I, II e III.

182. João Silva é empresário individual e possui dois estabelecimentos comerciais: um em São Paulo (sede da empresa) e outro no Rio de Janeiro. Em relação ao domicílio tributário de João Silva, considerando as disposições do Código Tributário Nacional, analise as afirmativas abaixo:

- I. Na falta de eleição de domicílio tributário por João Silva, considera-se como tal o lugar da sede da empresa em São Paulo.
- II. João Silva pode eleger livremente sua residência como domicílio tributário, não podendo a autoridade administrativa recusar tal eleição.

III. Em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação tributária no estabelecimento do Rio de Janeiro, o domicílio tributário, na falta de eleição, é o lugar deste estabelecimento.

Está correto o que se afirma em

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I apenas.
- e) I, II e III.

183. No que concerne às convenções particulares e à solidariedade tributária, é correto afirmar:

- a) As convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos podem ser opostas à Fazenda Pública para modificar a definição legal do sujeito passivo, desde que celebradas por escritura pública.
- b) A solidariedade tributária admite benefício de ordem, de modo que a Fazenda Pública deve cobrar primeiro do devedor principal antes de exigir dos demais solidários.
- c) São solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal, ou as pessoas expressamente designadas por lei.
- d) A isenção ou remissão de crédito concedida a um dos obrigados solidários sempre exonera todos os demais, sem possibilidade de subsistência da solidariedade.
- e) O pagamento efetuado por um dos obrigados solidários aproveita exclusivamente a si próprio, não beneficiando os demais coobrigados.

184. Acerca da obrigação tributária, nos termos do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que

- a) a obrigação acessória, por ser meramente instrumental, não possui autonomia em relação à obrigação principal, de modo que sua existência depende sempre da existência desta última.
- b) o fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência, surgindo a obrigação com a ocorrência do fato gerador.
- c) a obrigação acessória tem por objeto exclusivamente prestações positivas, não abrangendo obrigações de não fazer ou tolerar.
- d) a inobservância da obrigação acessória gera apenas sanções administrativas, não podendo ser convertida em obrigação pecuniária.
- e) o fato gerador da obrigação acessória é sempre o mesmo da obrigação principal, pois ambas decorrem da mesma situação jurídica.

185. Acerca da aplicação e interpretação da legislação tributária, nos termos do CTN, analise os itens abaixo:

- I. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente poderá utilizar a analogia, sendo que seu emprego, a depender da situação concreta, pode resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- II. A lei tributária que define infrações ou comina penalidades deve ser interpretada da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida.
- III. A legislação tributária que dispõe sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário deve ser interpretada literalmente.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

186. Considerando as disposições do Código Tributário Nacional sobre legislação tributária, assinale a alternativa correta:

- a) Os decretos podem inovar no ordenamento jurídico, desde que observadas as regras de interpretação estabelecidas no CTN.
- b) As normas complementares têm a mesma hierarquia das leis, podendo inclusive revogá-las.
- c) A expressão "legislação tributária" compreende apenas as leis e os tratados internacionais que versem sobre tributos.
- d) Os convênios celebrados entre os entes federativos são considerados normas complementares da legislação tributária.
- e) As decisões dos órgãos de jurisdição administrativa nunca podem ter eficácia normativa em matéria tributária.

187. Um Estado da Federação publicou, em 15 de março de 2025, lei que majorou a alíquota do ICMS de 17% para 18%. Considerando os princípios da anterioridade anual e nonagesimal, em qual data, no mínimo, o Estado poderá exigir o ICMS com a nova alíquota?

- a) 15 de março de 2025, tendo em vista que o ICMS é exceção aos princípios da anterioridade.
- b) 13 de junho de 2025, considerando apenas o prazo nonagesimal.
- c) 1º de janeiro de 2026, porque se deve considerar apenas a anterioridade anual.
- d) 13 de junho de 2025 ou 1º de janeiro de 2026, o que ocorrer primeiro.
- e) 1º de janeiro de 2026, tendo em vista que este é o prazo mais favorável ao contribuinte dentre os dois princípios aplicáveis.

188. O município de Itajaí instituiu, por meio de lei municipal, taxa de coleta domiciliar de lixo. Em relação à referida exação, analise os itens a seguir:

- I. É constitucional a taxa de coleta, remoção e tratamento de lixo proveniente de imóveis, desde que tais atividades sejam completamente dissociadas de outros serviços públicos de limpeza realizados em benefício da população em geral.
- II. A taxa de coleta domiciliar de lixo pode ter como base de cálculo elementos que também são utilizados no cálculo do IPTU, desde que não haja identidade integral entre as bases de cálculo dos dois tributos.
- III. É inconstitucional a cobrança de taxa pela prestação de serviços de conservação e limpeza de logradouros e bens públicos.
- IV. A Súmula Vinculante 19 do STF estabelece que a taxa de coleta de lixo viola o art. 145, II, da Constituição Federal por não atender aos requisitos de especificidade e divisibilidade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

189. De acordo com o art. 169 do Código Tributário Nacional, em relação à anulação da decisão administrativa que denegar a restituição, o prazo prescricional:

- a) fica suspenso até a decisão final do processo judicial.
- b) é suspenso e recomeça a correr, pela metade, a partir da data do ato que a interrompeu.
- c) é interrompido e recomeça seu curso por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Pública interessada.

d) é interrompido e recomeça o seu por inteiro, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Pública interessada.

e) é prorrogado por mais 2 anos.

190. Sobre a natureza e as características do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, conforme a CF/88, analise os itens a seguir:

- I. O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços é entidade pública sob regime especial, com independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.
- II. O Comitê Gestor será financiado pelos Estados, por meio de percentual do produto da arrecadação do IBS destinado a cada um deles.
- III. Será sempre assegurada a alternância na presidência do Comitê Gestor entre o conjunto dos Estados e o Distrito Federal e o conjunto dos Municípios e o Distrito Federal.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) I, II e III.

191. Conforme o art. 204 do Código Tributário Nacional, a dívida regularmente inscrita:

- a) Goza da presunção absoluta de certeza e liquidez.
- b) Goza da relativa presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- c) Não goza de presunção de certeza e liquidez, devendo ser provada em juízo.
- d) Goza da presunção de certeza, mas não de liquidez.
- e) Goza de presunção de liquidez, mas não de certeza.

192. Analise a situação hipotética: Determinada empresa declarou débitos de ICMS ao Fisco Paulista, referentes ao período de março/2021, vencidos em abril/2021, não tendo realizado o correspondente pagamento. Ademais, cometeu fraude, ocultando débitos de ICMS relativos a junho/2021. Em relação a tais créditos e considerando a legislação e a jurisprudência pertinentes, julgue:

- a) O prazo prescricional do débito de março/2021 se inicia a partir da data de vencimento, mesmo não tendo ocorrido procedimento formal de lançamento tributário.
- b) O débito de março/2021 depende de lançamento formal para que não seja atingido pela decadência.
- c) O débito de junho/2021 tem prazo decadencial iniciado em junho/2021, mais especificamente, a partir da data da ocorrência do seu fato gerador, por se tratar de tributo sujeito a lançamento por homologação.
- d) O débito de junho/2021 tem prazo prescricional iniciado em 01/01/2022, por se tratar de fraude.
- e) O débito de março/2021 não pode ser atingido pela prescrição, antes de correr todo o prazo decadencial, conforme previsto no CTN.

193. Segundo a Constituição Federal, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) será informado pelo princípio da neutralidade e deverá atender a diversos requisitos previstos no art. 156-A, § 1º. Analise os itens a seguir sobre a incidência do IBS:

- I. O IBS incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços.
- II. O IBS incidirá sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços realizada por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja sujeito passivo habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.
- III. O IBS não incidirá sobre as exportações, assegurados ao exportador a manutenção e o aproveitamento dos créditos relativos às

operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direitos, ou serviço.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, II e III.

194. Acerca das exceções à regra do sigilo fiscal, previstas no Código Tributário Nacional, com as alterações promovidas pelas Leis Complementares nº 104/2001 e 187/2021, julgue os itens a seguir como VERDADEIROS (V) ou FALSOS (F) e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- () É vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais, em razão do sigilo fiscal previsto no CTN.
- () A Fazenda Pública pode divulgar informações sobre inscrições na Dívida Ativa, sem que isso configure violação ao sigilo fiscal.
- () Informações relativas a parcelamento ou moratória concedidos a contribuintes não podem ser divulgadas, sob pena de violação ao sigilo fiscal.
- () É permitida a divulgação de informações sobre incentivo, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica.

- a) F - V - F - V
- b) V - F - V - F
- c) F - F - V - V
- d) V - V - F - F
- e) F - V - V - F

195. Considere as seguintes assertivas sobre o momento de ocorrência do fato gerador do IBS, de acordo com a LC 214/25:

- I. Na prestação de serviço de transporte iniciado no País, o fato gerador ocorre no momento do término do transporte.
- II. Na prestação de serviço de transporte de carga quando iniciado no exterior, o fato gerador ocorre no momento do término do transporte.
- III. Nas operações de execução continuada em que não seja possível identificar o momento do término do fornecimento, como serviços de telecomunicação e energia elétrica, o fato gerador ocorre no momento em que se torna devido o pagamento.

Está(ão) correta(s):

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

196. O Governador do Estado de São Paulo encaminhou à Assembleia Legislativa projeto de lei propondo a regulamentação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) no Estado. O projeto estabelece alíquotas progressivas em função do valor da herança ou doação, variando de 2% a 6%, sendo que o Senado Federal, por meio de resolução, fixou a alíquota máxima de 8% para o ITCMD. Considerando as normas constitucionais, analise as seguintes afirmações:

- I. O projeto é constitucional quanto à fixação de alíquotas progressivas, pois a Constituição Federal possibilita a progressividade do ITCMD em função do valor da herança ou doação.
- II. O projeto é constitucional quanto à utilização de lei estadual para fixar as alíquotas do ITCMD, uma vez que se trata de imposto de competência estadual.
- III. O projeto é constitucional quanto à fixação de alíquotas inferiores ao percentual máximo

estabelecido pelo Senado Federal, pois a resolução do Senado fixa apenas o teto, e não o piso das alíquotas.

IV. Caso o Governador desejasse fixar as alíquotas por meio de decreto, sem enviar projeto de lei à Assembleia Legislativa, tal procedimento seria constitucional, desde que abaixo do percentual máximo do Senado Federal.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) I e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

197. De acordo com o art. 146, da Constituição Federal, a lei complementar que instituir regime único de arrecadação dos impostos e contribuições para microempresas e empresas de pequeno porte (Simples Nacional) observará determinadas regras. Sobre a relação do Simples Nacional com o IBS e a CBS, é correto afirmar:

- a) O regime único é obrigatório para todos os contribuintes, sem possibilidade de opção.
- b) É facultado ao optante pelo regime único apurar e recolher tanto o IBS como a CBS como as demais empresas não optantes pelo Simples, hipótese em que as parcelas a eles relativas serão cobradas pelo regime único.
- c) Na hipótese de recolhimento do IBS e da CBS por meio do regime único, será permitida a apropriação de créditos desses tributos pelo contribuinte optante pelo Simples.
- d) Na hipótese de recolhimento do IBS e da CBS por meio do regime único, será permitida a apropriação de créditos desses tributos pelo adquirente não optante.
- e) O recolhimento será descentralizado e a distribuição da parcela de recursos pertencentes aos entes federados poderá ser retida pela União.

198. Sobre as matérias que devem ser reguladas por lei complementar em relação ao ICMS, conforme previsto no art. 155, §2º, XII, da Constituição Federal de 1988, analise as seguintes afirmações:

- I. Cabe à lei complementar definir os contribuintes do ICMS e disciplinar o regime de compensação do imposto.
- II. A definição do local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços, para efeito de cobrança do ICMS e definição do estabelecimento responsável, deve ser feita por lei complementar.
- III. A concessão e revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais do ICMS podem ser livremente reguladas por lei ordinária estadual, dentro dos limites da Constituição Federal.
- IV. Cabe à lei complementar fixar a base de cálculo do ICMS na importação, de modo que o montante do imposto a integre.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I, II e IV.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, II, III e IV.
- e) I, III e IV.

199. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) é de competência dos Estados e do Distrito Federal. Considerando as disposições constitucionais sobre este imposto, especialmente as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, assinale a alternativa correta:

- a) O IPVA incide sobre a propriedade de veículos automotores terrestres, aquáticos e aéreos, salvo casos de isenções previstos em lei estadual.
- b) O IPVA poderá ter alíquotas diferenciadas apenas em função do tipo e da utilização, sendo vedada a diferenciação por outros critérios.
- c) As aeronaves agrícolas e as aeronaves de operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros estão excetuadas da incidência do IPVA.
- d) O IPVA terá alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.
- e) Os tratores e máquinas agrícolas estão sujeitos ao IPVA, devendo os Estados estabelecer alíquotas específicas para esses bens.

200. De acordo com a legislação aplicável ao IBS, tal imposto incide sobre operações onerosas com bens ou com serviços. Assinale a alternativa correta sobre as hipóteses de incidência do IBS:

- a) O IBS incide sobre a transmissão de bens em decorrência de integralização de capital.
- b) O IBS incide sobre o fornecimento de bens móveis materiais, inclusive quando a operação for realizada entre estabelecimentos do mesmo contribuinte.
- c) O IBS incide sobre fornecimento de pessoas físicas em decorrência de sua atuação em conselhos de administração.
- d) O IBS incide sobre rendimentos financeiros, incluindo dividendos e juros sobre capital próprio.
- e) O IBS incide exclusivamente sobre operações realizadas por contribuintes que desenvolvam atividade econômica, podendo se aplicar a pessoas físicas.

201. Analise a situação hipotética: O Estado de São Paulo arrecadou, em determinado exercício, R\$ 100.000.000,00 a título de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Considerando exclusivamente as regras de repartição de receitas tributárias previstas na Constituição Federal de 1988, e desconsiderando qualquer outra vinculação ou dedução, é correto afirmar que:

- a) Os Municípios paulistas, em conjunto, têm direito a receber R\$ 25.000.000,00, a serem distribuídos proporcionalmente ao número de habitantes de cada Município.
- b) Os Municípios paulistas têm direito a receber R\$ 50.000.000,00, sendo que cada Município receberá exclusivamente a parcela proporcional aos veículos localizados em seu território na data do fato gerador.
- c) O Estado de SP deverá repassar R\$ 75.000.000,00 aos Municípios, mantendo apenas R\$ 25.000.000,00 para si.
- d) A União tem direito a receber 20% do valor arrecadado, restando aos Municípios paulistas o valor de R\$ 40.000.000,00.
- e) Os Municípios paulistas têm direito a receber R\$ 50.000.000,00, ficando o Estado com R\$ 50.000.000,00, sem qualquer repasse para a União.

202. De acordo com a Constituição Federal, o Imposto sobre Bens e Serviços terá legislação única e uniforme em todo o território nacional, mas cada ente federativo poderá fixar sua própria alíquota. Sobre as regras de alíquotas do IBS previstas no art. 156-A, § 1º, da CF/88, assinale a única alternativa errada:

- a) Cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica.
- b) A alíquota fixada pelo ente federativo será a mesma para todas as operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços, ressalvadas as hipóteses previstas na Constituição.

- c) O IBS será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de destino da operação.
- d) Resolução do Senado Federal fixará alíquota de referência do imposto para cada esfera federativa, nos termos de lei complementar, que será aplicada se outra não houver sido estabelecida pelo próprio ente federativo.
- e) O IBS será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de origem da operação.

203. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o princípio do não confisco, assinale a alternativa correta:

- a) O STF fixou limite de 100% do valor do tributo para multas punitivas em geral, e de 25% para multas moratórias, sendo esses percentuais considerados razoáveis e proporcionais.
- b) Para multas qualificadas por sonegação, fraude ou conluio, o STF admite o limite de até 200% do débito tributário, tendo em vista a gravidade da conduta do contribuinte.
- c) O efeito confiscatório deve ser analisado pela soma de toda carga tributária a que o contribuinte esteja sujeito em relação à mesma pessoa política, dentro de determinado período.
- d) O princípio do não confisco aplica-se exclusivamente aos tributos, não alcançando as multas tributárias, que possuem natureza sancionatória.
- e) A caracterização do efeito confiscatório independe da análise de dados concretos, sendo suficiente a verificação do aumento da alíquota do tributo em percentual superior a 50%.

204. Acerca do crédito tributário e sua constituição, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O crédito tributário decorre da obrigação principal mas tem natureza distinta desta.
- b) As circunstâncias que modificam a obrigação tributária necessariamente afetam o crédito tributário dela decorrente, podendo alterar sua extensão e seus efeitos.
- c) Compete ao sujeito passivo da obrigação tributária constituir o crédito tributário pelo lançamento, mediante procedimento administrativo vinculado e obrigatório.
- d) O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos em lei, não podendo ser dispensada sua efetivação.
- e) A atividade administrativa de lançamento é discricionária, sendo facultada à autoridade administrativa a sua realização conforme critérios de conveniência e oportunidade.

205. Pedro, sócio-gerente da empresa Transportes Gama Ltda., deixou de recolher alguns débitos ao Fisco por dificuldades financeiras. Pedro retirou-se regularmente da sociedade em dezembro de 2023, sendo sua saída devidamente averbada na Junta Comercial. Em março de 2024, a empresa continuou suas atividades normalmente sob a administração de novo sócio-gerente, Carlos. Em agosto de 2024, a empresa encerrou irregularmente suas atividades, deixando de funcionar em seu domicílio fiscal sem comunicação aos órgãos competentes. Considerando o CTN e a jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta:

- a) Pedro pode ser responsabilizado pessoalmente, pelo inadimplemento da obrigação tributária.
- b) Pedro pode ser responsabilizado pessoalmente pelos débitos tributários, pois agiu com excesso de poderes durante sua gerência.
- c) Pedro pode ser responsabilizado pela dissolução irregular da empresa ocorrida após sua saída.
- d) Carlos pode ser responsabilizado, mesmo não tendo exercido gestão da empresa no mesmo período em que Pedro.
- e) Carlos não pode ser responsabilizado por não ter agido com excesso de poderes.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA AVANÇADA*Eduardo da Rocha*

206. Com base no RICMS-SP, que disciplina o estorno de créditos do ICMS nas hipóteses ali previstas, uma indústria paulista adquiriu, em março de 2024, matérias-primas para utilização em processo de industrialização, pelo valor de R\$ 100.000,00, com destaque de ICMS à alíquota de 18%, apropriando integralmente o crédito correspondente. À data da entrada, a destinação da produção seria exclusivamente para saídas tributadas.

Em junho de 2024, em razão de circunstância superveniente e imprevisível à data da entrada:

- parte do produto final passou a ser destinada a saída com redução de base de cálculo de 40%;
- parte das matérias-primas foi consumida no próprio estabelecimento para fins alheios à atividade industrial.

Considere que, na data do estorno, a alíquota interna do ICMS aplicável às mercadorias passou a ser de 20% e que não foi possível identificar a quais operações correspondem as mercadorias utilizadas em cada hipótese.

Assinale a alternativa correta quanto ao estorno do crédito do ICMS na situação acima apresentada:

- a) Não há estorno a ser efetuado, pois a alteração de destinação ocorreu após a entrada da mercadoria no estabelecimento.
- b) Deve ser estornado integralmente o crédito de ICMS correspondente às mercadorias adquiridas, independentemente da proporção das destinações posteriores.
- c) Deve ser estornado parcialmente o crédito de ICMS, proporcionalmente à parcela correspondente à redução da base de cálculo, bem como integralmente quanto às mercadorias utilizadas em fim alheio à atividade do estabelecimento.
- d) O estorno do crédito deve ser calculado aplicando-se a alíquota vigente na data da entrada das mercadorias no estabelecimento.

e) O estorno do crédito não alcança o imposto incidente sobre o serviço de transporte relacionado às mercadorias.

207. Com base no RICMS-SP, especialmente nas regras relativas à constituição de crédito acumulado do ICMS, uma indústria paulista apurou, no mês de maio de 2024, as seguintes operações:

- créditos de ICMS nas entradas: R\$ 150.000,00;
- débitos de ICMS nas saídas internas tributadas: R\$ 110.000,00.

No mesmo período, a empresa realizou, dentre outras operações:

- aquisições interestaduais de mercadorias nacionais provenientes do Estado do Rio de Janeiro, posteriormente revendidas a contribuinte localizado no Estado de Minas Gerais;
- saídas interestaduais para o Estado do Ceará, tributadas à alíquota de 7%, relativas a mercadorias adquiridas internamente no Estado de São Paulo, tributadas à alíquota interna de 18%, com remessa física comprovada e sem retorno, ainda que simbólico;
- exportações de mercadorias industrializadas para a Alemanha, operação sem pagamento do imposto, com manutenção integral dos créditos;
- vendas internas com redução de base de cálculo de 40%, sem previsão legal de manutenção integral do crédito.

Considerando exclusivamente as regras legais de apuração do ICMS e de constituição de crédito acumulado, assinale a alternativa correta:

- a) Todo saldo credor apurado ao final do período constitui crédito acumulado, independentemente da natureza das operações que o originaram.
- b) O saldo credor apurado ao final do período de apuração converte-se em crédito acumulado no que se refere às operações interestaduais.
- c) Apenas as operações de exportação e as saídas interestaduais em que haja aplicação de alíquotas

diversificadas entre a entrada e a saída podem gerar crédito acumulado, desde que atendidos os requisitos previstos no RICMS-SP, permanecendo o saldo credor simples como mera diferença escritural.

d) As operações interestaduais realizadas entre Estados distintos sempre geram crédito acumulado, ainda que não haja diferença entre a tributação incidente na entrada e na saída.

e) As vendas internas com redução de base de cálculo geram crédito acumulado sempre que resultarem em saldo credor ao final do período.

208. A Lei nº 13.296/2008 (IPVA/SP) prevê hipóteses de dispensa do pagamento do imposto quando o contribuinte é privado dos direitos de propriedade do veículo em razão de determinados eventos.

Carlos Henrique Silva, residente no Estado de São Paulo, teve seu automóvel **furtado na cidade de Campinas/SP em 18 de maio de 2024**, fato devidamente comunicado às autoridades competentes. O IPVA referente ao exercício de 2024 havia sido **integralmente pago em janeiro** do mesmo ano. Considerando exclusivamente a disciplina legal aplicável à dispensa, restituição e compensação do IPVA, assinale a alternativa correta:

a) Carlos Henrique Silva fará jus à restituição proporcional do IPVA pago, excluído o mês de maio de 2024, podendo a restituição ocorrer ainda no exercício de 2024.

b) O pagamento do IPVA ficará dispensado apenas a partir de junho de 2024, não sendo admitida restituição proporcional do imposto já recolhido.

c) Carlos Henrique Silva terá direito à restituição proporcional do IPVA, incluído o mês de maio de 2024, devendo a restituição ou compensação ocorrer a partir do exercício de 2025.

d) A dispensa do pagamento do IPVA alcança também o imposto incidente sobre fatos geradores ocorridos antes do furto, desde que no mesmo exercício de 2024.

e) A restituição do IPVA pago dependerá da edição de ato do Poder Executivo, inexistindo direito subjetivo do contribuinte enquanto não houver regulamentação específica.

209. No âmbito da política tributária estadual voltada ao financiamento de programas sociais, o RICMS-SP instituiu adicional de alíquota incidente sobre determinadas operações destinadas a consumidor final localizado neste Estado. Considerando esse regime específico, assinale a alternativa correta:

a) O adicional de 2% incide apenas sobre operações internas, não alcançando operações interestaduais destinadas a consumidor final localizado no Estado de São Paulo.

b) O adicional de 2% não se aplica às operações sujeitas ao regime da substituição tributária, uma vez que, nessas hipóteses, o imposto já é recolhido antecipadamente.

c) Como regra, o imposto adicional de 2% pode ser compensado com créditos de ICMS regularmente apropriados pelo contribuinte.

d) O adicional de 2% incide sobre operações destinadas a consumidor final localizado neste Estado, inclusive quando originadas em outra unidade federada, alcançando bebidas alcoólicas e fumo, sendo o respectivo valor integralmente destinado ao FECOEP.

e) O adicional de 2% não é devido nas operações de importação realizadas diretamente por consumidor final.

210. A sociedade empresária Delta Equipamentos Industriais S.A., estabelecida em Campinas/SP e contribuinte do ICMS, vendeu à empresa Ômega Indústria Ltda., localizada em Sorocaba/SP, 10 unidades de determinado equipamento industrial, pelo valor total de R\$ 120.000,00.

No contexto dessa operação, ocorreram as seguintes situações:

- foram entregues 2 unidades adicionais do mesmo equipamento, sem cobrança de valor, a título de bonificação;
- o transporte das mercadorias até o estabelecimento da adquirente foi contratado pela própria Ômega, pelo valor de R\$ 4.500,00, junto à empresa Sigma Logística Ltda., também situada no Estado de São Paulo;
- a vendedora Delta assumiu contratualmente a obrigação de realizar a montagem e a instalação dos equipamentos, cobrando R\$ 6.500,00 por esse serviço.

À luz do RICMS-SP, quanto à composição da base de cálculo do ICMS incidente sobre essa operação, é correto afirmar que:

- a) integram a base de cálculo o valor dos equipamentos vendidos, o valor correspondente às unidades dadas em bonificação e a importância cobrada a título de montagem e instalação, não integrando o valor do frete contratado diretamente pela adquirente.
- b) integram a base de cálculo apenas o valor dos equipamentos vendidos, excluindo-se a bonificação, o frete e a montagem e instalação, por se tratarem de valores acessórios.
- c) integram a base de cálculo o valor dos equipamentos vendidos e o frete, ainda que contratado pela adquirente, excluindo-se a bonificação e a montagem e instalação.
- d) integram a base de cálculo apenas o valor dos equipamentos vendidos e da montagem e instalação, excluindo-se a bonificação.
- e) integram a base de cálculo o valor dos equipamentos vendidos, da bonificação e do frete,

excluindo-se a montagem e instalação por configurar prestação de serviço sujeita ao ISS.

211. Durante ação fiscal realizada em um centro de distribuição localizado no Estado de São Paulo, a autoridade fiscal apreendeu mercadorias pertencentes à sociedade empresária **Comercial Atlas Ltda.**, contribuinte do ICMS, por irregularidade relacionada ao imposto.

Entre os bens apreendidos, havia mercadorias de rápida deterioração e mercadorias não perecíveis. A empresa foi regularmente notificada da apreensão, mas não apresentou, no prazo legal, documentação de regularidade fiscal. Posteriormente, antes da realização de leilão ou de eventual destinação dos bens, a empresa manifestou interesse na liberação das mercadorias.

À luz do RICMS-SP, assinale a alternativa correta quanto aos procedimentos aplicáveis à devolução, destinação ou liberação das mercadorias apreendidas:

- a) As mercadorias apreendidas devem ser devolvidas automaticamente ao contribuinte, independentemente do pagamento de despesas de apreensão ou da comprovação da regularidade fiscal, bastando a manifestação de interesse do proprietário.
- b) Tratando-se de mercadoria de rápida deterioração, o prazo para comprovação da regularidade fiscal é de 5 dias, sendo vedada a fixação de prazo inferior no termo de apreensão.
- c) Findo o prazo para devolução sem a comprovação da regularidade fiscal, a autoridade fiscal é obrigada a encaminhar todas as mercadorias para leilão público.
- d) A liberação das mercadorias apreendidas poderá ocorrer até o momento do leilão ou da distribuição, desde que o interessado deposite a totalidade do débito fiscal, admitindo-se, se o interessado for contribuinte com estabelecimento fixo neste Estado, a substituição do depósito por garantia

idônea ou por parcelamento do débito, com pagamento das despesas de apreensão.

- e) A mercadoria de rápida deterioração deverá permanecer apreendida até a realização do leilão público, ainda que ultrapassado o prazo legal para comprovação da regularidade fiscal.

212. Nos termos do RICMS-SP, o contribuinte substituído pode ressarcir-se do ICMS retido por substituição tributária em hipóteses expressamente previstas. Considere que a empresa Comercial Horizonte Ltda., estabelecida em São Paulo/SP, recebeu mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, com ICMS-ST retido antecipadamente. Posteriormente, ocorreram as seguintes situações:

- I. parte das mercadorias foi vendida a consumidor final por valor inferior ao que serviu de base para a retenção, sendo a base de cálculo do ICMS-ST fixada por convênio;
- II. parte das mercadorias pereceu, caracterizando fato gerador presumido não realizado;
- III. parte das mercadorias foi revendida com isenção do ICMS prevista na legislação;
- IV. parte das mercadorias foi revendida a adquirente localizado em outro Estado.

À luz do RICMS-SP, assinale a alternativa correta quanto à possibilidade de ressarcimento do ICMS retido:

- a) O contribuinte poderá ressarcir-se do imposto retido em todas as situações descritas, por se tratar de hipóteses previstas no regulamento.
- b) Apenas nas situações I e II é admitido o ressarcimento, sendo vedado nas hipóteses de saída isenta ou interestadual.
- c) Não é admitido ressarcimento na situação I, sendo, contudo, possível nas situações II, III e IV.
- d) O ressarcimento somente será admitido nas situações II e IV, sendo vedado nas hipóteses de saída isenta e de diferença entre o valor presumido e o valor efetivo da operação.

- e) O ressarcimento somente será possível se a mercadoria tiver sido adquirida diretamente do sujeito passivo por substituição, independentemente da situação ocorrida na operação subsequente.

213. À luz da Lei Complementar nº 24/1975, que disciplina a concessão de benefícios fiscais relacionados ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, analise as afirmativas abaixo:

- I. É vedado aos Municípios conceder benefícios fiscais relacionados ao imposto de circulação de mercadorias no que se refere à sua parcela na respectiva receita, sob pena de aplicação das sanções previstas na própria lei complementar.
- II. As saídas de mercadorias do estabelecimento do produtor para cooperativa de que faça parte, situada no mesmo Estado, bem como as saídas promovidas por cooperativas de produtores para estabelecimentos da própria cooperativa, cooperativa central ou federação de cooperativas, configuram hipóteses de não incidência do imposto.
- III. As disposições da Lei Complementar nº 24/1975 não se aplicam às indústrias instaladas ou que venham a se instalar na Zona Franca de Manaus, sendo vedado às demais unidades da Federação exigir a exclusão de incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Amazonas.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

214. A Lei Complementar nº 160/2017 estabeleceu mecanismos para enfrentar a concessão irregular de benefícios fiscais de ICMS pelos Estados e pelo Distrito Federal, disciplinando tanto a extinção de créditos tributários quanto a continuidade de determinados incentivos. À luz da LC 160/17, analise as afirmativas abaixo:

- I. Mediante convênio celebrado nos termos da LC 24/75, os Estados e o Distrito Federal podem deliberar sobre a remissão de créditos tributários decorrentes de isenções, incentivos e benefícios fiscais de ICMS concedidos em desacordo com a legislação, ainda que tais créditos não tenham sido formalmente constituídos.
- II. O não atendimento das exigências de publicação, registro e depósito dos atos concessivos impede a aplicação do regime previsto na LC 160/17, devendo os respectivos atos de concessão de benefícios fiscais ser revogados.
- III. A reinstituição dos incentivos e benefícios fiscais de ICMS tratados na LC 160/17 somente é admitida em relação àqueles que ainda se encontrem em vigor na data de produção de efeitos da lei complementar.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

215. Para resolver a questão, considere as seguintes informações:

- bebidas não alcoólicas estejam sujeitas ao regime de substituição tributária para frente no Estado de São Paulo;
- haja acordo para que o ICMS seja recolhido por ST quando da saída do Estado do Espírito Santo para o Estado de São Paulo;

- uma indústria de bebidas localizada no Espírito Santo remete mercadorias no valor de R\$ 240.000,00 para um atacadista paulista;
- a alíquota interna hipotética da mercadoria no Estado de São Paulo é de 18%;
- a margem de valor agregado (MVA) aplicável às bebidas é de 140%;
- o frete foi contratado pelo atacadista paulista junto a transportadora terceira, no valor de R\$ 12.000,00;
- o seguro foi contratado pelo atacadista paulista junto a seguradora terceira, no valor de R\$ 8.000,00.

De acordo com a Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir), o valor a ser retido pela indústria capixaba, a título de ICMS por substituição tributária em favor do Estado de São Paulo, é de:

- a) R\$ 83.520,00
- b) R\$ 97.920,00
- c) R\$ 102.240,00
- d) R\$ 108.000,00
- e) R\$ 129.600,00

216. A Lei Complementar nº 1.320/2018 instituiu, no Estado de São Paulo, o Programa de Estímulo à Conformidade Tributária – “Nos Conformes”, definindo princípios que devem orientar o relacionamento entre os contribuintes e a Administração Tributária. À luz dessa lei complementar, assinale a alternativa incorreta:

- a) Simplificação do sistema tributário estadual.
- b) Boa-fé e previsibilidade de condutas.
- c) Publicidade e transparência na divulgação de dados e informações.
- d) Segurança jurídica pela objetividade e coerência na aplicação da legislação tributária.
- e) Capacidade contributiva como critério central de classificação e tratamento dos contribuintes.

217. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 (Simples Nacional), o tratamento aplicável ao excesso de receita bruta varia conforme a empresa esteja ou não no ano-calendário de início de suas atividades.

A sociedade empresária Alfa Comércio Ltda. iniciou suas atividades em 15 de maio de 2024 e optou pelo Simples Nacional desde o início. Ao final do ano-calendário de 2024, apurou receita bruta total de R\$ 3.700.000,00, exclusivamente no mercado interno, não tendo auferido receitas de exportação.

Considerando o limite anual de receita bruta do Simples Nacional e a regra do limite proporcional aplicável ao ano de início de atividades, assinale a alternativa correta quanto aos efeitos do excesso de receita verificado:

- a) A empresa será excluída do Simples Nacional com efeitos retroativos ao início de suas atividades, por ter ultrapassado o limite proporcional de receita bruta.
- b) A empresa será excluída do Simples Nacional apenas a partir do ano-calendário seguinte, por ter ultrapassado o limite proporcional, mas sem excesso superior a 20%.
- c) A empresa permanecerá no Simples Nacional, pois não ultrapassou o limite anual global de R\$ 4.800.000,00.
- d) A empresa será excluída do Simples Nacional a partir do mês subsequente à ocorrência do excesso de receita bruta.
- e) A empresa somente seria excluída do Simples Nacional se ultrapassasse simultaneamente o limite de receita do mercado interno e o limite de receita de exportação.

218. A Lei Complementar nº 123/2006 estabelece situações em que a pessoa jurídica fica impedida de optar pelo Simples Nacional, em razão de sua estrutura societária, de suas atividades ou da relação de seus sócios com outras empresas. Considerando essas hipóteses legais de impedimento, assinale a alternativa correta:

- a) A participação de outra pessoa jurídica no capital social impede o enquadramento no Simples Nacional, ainda que a receita bruta global não ultrapasse o limite legal.
- b) A pessoa jurídica que exerça atividade de banco comercial ou de sociedade de crédito, financiamento e investimento pode optar pelo Simples Nacional, desde que sua receita bruta anual permaneça dentro do limite legal.
- c) A constituição sob a forma de sociedade por ações impede o enquadramento no Simples Nacional apenas quando a receita bruta anual ultrapassar o limite de R\$ 4.800.000,00.
- d) A pessoa jurídica constituída sob a forma de cooperativa pode optar pelo Simples Nacional, desde que não exerça atividade financeira.
- e) A existência de filial, sucursal, agência ou representação no exterior não impede a opção pelo Simples Nacional, desde que a receita bruta global permaneça dentro do limite legal.

219. Com fundamento no Decreto nº 54.714/2009, que disciplina o lançamento de ofício do IPVA no Estado de São Paulo, a Secretaria da Fazenda apurou débito de IPVA não recolhido relativo ao exercício de 2023 em nome de determinado contribuinte. Para cientificá-lo do lançamento, a autoridade fiscal optou por enviar carta registrada ao endereço constante no Cadastro de Contribuintes do IPVA, a qual foi postada em uma segunda-feira. Considerando exclusivamente as regras sobre meios de notificação e o momento em que ela se considera efetuada, assinale a alternativa correta:

- a) A notificação somente produzirá efeitos se, antes da carta registrada, houver tentativa frustrada de notificação por meio eletrônico.
- b) A notificação considera-se efetuada na data da postagem da carta registrada, iniciando-se a contagem do prazo para pagamento no mesmo dia.
- c) A notificação considera-se efetuada no terceiro dia útil posterior ao envio da carta registrada, ainda que o contribuinte alegue não ter recebido a correspondência.
- d) A notificação considera-se efetuada na data do efetivo recebimento da carta pelo contribuinte, comprovado por aviso de recebimento.
- e) A notificação por carta registrada somente é válida se publicada previamente no Diário Oficial do Estado.

220. A Lei nº 13.296/2008 (IPVA/SP) estabelece critérios distintos para a determinação da base de cálculo do imposto, conforme a natureza do veículo e a forma como ocorre a aquisição ou incorporação ao patrimônio do contribuinte. Considerando essas regras, assinale a alternativa correta:

- a) Na hipótese de veículo não fabricado em série, autorizado para utilização no Estado, a base de cálculo do IPVA será o valor de mercado constante em tabela.
- b) Na hipótese de veículo novo adquirido pelo consumidor final, inclusive quando destinado a

integrar frota de empresa locadora, a base de cálculo do IPVA será o valor total constante do documento fiscal de aquisição.

- c) Em se tratando de veículo importado diretamente do exterior pelo consumidor, a base de cálculo do IPVA corresponderá ao valor aduaneiro da mercadoria.
- d) Quando o fabricante incorporar veículo novo ao seu ativo permanente, a base de cálculo do IPVA será o valor constante da nota fiscal de aquisição dos insumos utilizados na produção do veículo.
- e) Na arrematação de veículo novo em leilão, a base de cálculo do IPVA será limitada ao valor do lance vencedor.

221. A Lei nº 13.296/2008, que disciplina o IPVA no Estado de São Paulo, estabelece alíquotas diferenciadas conforme o tipo de veículo e prevê hipóteses específicas de redução e aplicação excepcional. Considerando exclusivamente essas regras, assinale a alternativa correta:

- a) Os veículos automotores destinados à locação, de propriedade de empresa locadora ou cuja posse decorra de contrato de arrendamento mercantil, desde que registrados no Estado de São Paulo e atendidos os requisitos legais, sujeitam-se à alíquota reduzida de 1%.
- b) As caminhonetes cabine simples, por se equipararem a veículos de carga, sujeitam-se à alíquota de 1,5%.
- c) As motocicletas se sujeitam à alíquota de 4%.
- d) A redução da alíquota para 1% aplica-se a qualquer veículo automotor pertencente a empresa locadora, ainda que não haja reconhecimento formal pelo Poder Executivo.
- e) A alíquota excepcional de 3% aplica-se a qualquer veículo adaptado para funcionar com gás natural.

222. Segundo as regras do RICMS-SP, a apuração do ICMS pode, em determinadas condições, ser realizada de forma centralizada entre estabelecimentos do mesmo titular localizados no território paulista, mediante transferência e compensação de saldos devedores e credores. Considerando essa sistemática, analise as afirmativas abaixo:

- I. Na apuração centralizada do ICMS, quando o saldo transferido ao estabelecimento centralizador for devedor, a transferência deverá ser efetuada de forma total, não se admitindo transferência parcial desse saldo.
- II. A transferência de saldos para fins de compensação centralizada somente é admitida entre estabelecimentos do mesmo titular enquadrados no mesmo regime de apuração do imposto.
- III. Ainda que receba saldos credores de outros estabelecimentos da empresa, o estabelecimento centralizador não pode apurar saldo credor em razão dessas transferências.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

223. A Lei nº 13.296/2008, que disciplina o IPVA no Estado de São Paulo, prevê condutas específicas sujeitas à imposição de multa, com critérios próprios de cálculo e limites mínimos expressos em UFESPs.

João Alberto Menezes, proprietário de **três veículos** registrados em seu nome no Estado de São Paulo, foi submetido a procedimento fiscal pela Secretaria da Fazenda. No curso da fiscalização, apurou-se que:

- em relação ao primeiro veículo, João **adotou conduta destinada a fraudar o recolhimento do IPVA**, deixando de recolher integralmente o imposto devido no exercício de 2023;
- em relação ao segundo veículo, **regularmente notificado**, deixou de exibir **dois documentos exigidos pelo fisco** no prazo estabelecido;
- em relação ao terceiro veículo, **deixou de prestar informação obrigatória ao fisco**, apesar de expressamente intimado a fazê-lo.

À luz da **Lei nº 13.296/2008**, assinale a alternativa correta quanto às penalidades aplicáveis:

- a) As três condutas configuram infrações punidas exclusivamente com multa proporcional ao valor do imposto, não sendo aplicáveis multas fixadas em UFESP.
- b) A fraude no recolhimento do IPVA de um dos veículos sujeita João à multa equivalente a uma vez o valor do imposto não recolhido, observado o limite mínimo de 100 UFESPs.
- c) A não exibição dos documentos exigidos sujeita João à multa de 30 UFESPs por documento, sem qualquer limitação máxima por veículo.
- d) A falta de prestação de informação obrigatória gera multa correspondente a 50% do valor do imposto devido no exercício, nunca inferior a 10 UFESPs.
- e) As infrações relativas à não apresentação de documentos e à falta de informações somente podem ser punidas se houver prejuízo efetivo à arrecadação do imposto.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA AVANÇADA*Rafael Rocha*

224. Com base na lei complementar 939/03, acerca dos direitos, garantias e obrigações do contribuinte, assinale a opção incorreta:

- a) constitui direito do contribuinte a recusa em prestar informações por requisição verbal, se preferir notificação por escrito.
- b) constitui garantia do contribuinte o restabelecimento da espontaneidade para sanar irregularidades relacionadas com o cumprimento de obrigação pertinente ao imposto caso a auditoria fiscal não esteja concluída no prazo de 180 dias, contados da data em que ocorrer a entrega à autoridade fiscal da totalidade das informações, livros, documentos, impressos, papéis, programas de computador ou arquivos eletrônicos solicitado.
- c) é obrigação do contribuinte fornecer condições de segurança e local adequado em seu estabelecimento, para a execução dos procedimentos de fiscalização.
- d) é direito do contribuinte obter convalidação, com efeitos retroativos, de ato praticado pela Administração Fazendária que apresentar defeito sanável ou erro notoriamente escusável, salvo quando dela resultar lesão ao interesse público e desde que haja o pagamento integral do tributo, se devido, que ficará sujeito à incidência de correção monetária, ou outra forma de atualização, e dos demais acréscimos previstos na legislação.
- e) Os direitos, garantias e obrigações previstos neste Código não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções, da legislação ordinária, de regulamentos ou outros atos normativos expedidos pelas autoridades competentes, bem como os que derivem da analogia e dos princípios gerais do direito.

225. De acordo com a lei complementar 123/06, não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte:

- I. cujo titular ou sócio seja domiciliado no exterior.
- II. que prestem serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros, por qualquer via.
- III. que realizem atividade de consultoria.
- IV. que realizem cessão de mão-de-obra.

São corretos, apenas:

- a) I, III e IV.
- b) I e IV.
- c) I e II.
- d) II e IV.
- e) I, II, III e IV.

226. José, residente em Campinas/SP, decidiu reformar seu apartamento, localizado na região central do Município. Decidiu começar a reforma pela instalação de cortinas em todos os cômodos da residência.

Contratou a empresa Édecasa LTDA, estabelecida no Município de São Paulo/SP, para realizar a instalação das cortinas doadas por sua irmã Meire, cuja prestação se enquadra no subitem 7.06 da lista de serviços.

Com base nas informações da questão, é correto afirmar que, em relação à execução do serviço:

- a) é devido o ISS ao Município de Campinas.
- b) é devido o ISS ao Município de São Paulo.
- c) é devido o ICMS, tendo em vista a doação das cortinas por Meire.
- d) é devido apenas o ICMS, em favor do Estado de São Paulo.
- e) é devido o ISS ao Município de Campinas, podendo ser deduzidos os valores relativos às cortinas doadas do preço do serviço.

227. De acordo com a LC 123/06, assinale uma situação que não impede que o Microempreendedor Individual - MEI opte pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais:

- a) quando possuir mais de um estabelecimento.
- b) se participar de outra empresa como titular, sócio ou administrador.
- c) se contratar empregado.
- d) se for constituído sob forma de startup.
- e) se auferir receita anual bruta inferior a R\$ 360.000,00.

228. Acerca das disposições relativas aos juízes do TIT, contidas na lei 13.457/09, assinale a opção correta:

- a) O número de Procuradores do Estado, escolhidos dentre os integrantes da Procuradoria Geral do Estado, será de 1/4 do número total dos juízes servidores públicos.
- b) Perderá o mandato o indicado a juiz do TIT que não tenha tomado posse dentro do prazo de 30 dias, contados da data da publicação da respectiva nomeação no Diário Oficial do Estado.
- c) Enquanto exercerem o mandato, os juízes nomeados só poderão postular perante instância julgadora diversa da que integram.
- d) Os juízes contribuintes, todos portadores de título universitário, de reputação ilibada e reconhecida especialização em matéria tributária, com mais de 5 anos de efetiva atividade profissional no campo do Direito, inclusive no magistério e na magistratura, serão nomeados pelo Governador do Estado, dentre os indicados pelas entidades jurídicas ou de representação dos contribuintes.
- e) Perderá o mandato o juiz que faltar a mais de 3 sessões seguidas ou 10 interpoladas, no mesmo mandato, salvo por motivo de moléstia, férias, licença e, se servidor público, por serviço autorizado fora da sede.

229. Com base no que prevê a legislação tributária estadual acerca do ITCMD, pode-se afirmar que o débito fiscal na transmissão *causa mortis*:

- a) poderá ser recolhido em até 6 prestações mensais e consecutivas, desde que respeitado o valor mínimo de 30 UFESPs para a parcela.
- b) poderá ser recolhido em até 12 prestações mensais e consecutivas, desde que respeitado o valor mínimo de 30 UFESPs para a parcela.
- c) poderá ser recolhido em até 24 prestações mensais e consecutivas, desde que respeitado o valor mínimo de 30 UFESPs para a parcela.
- d) poderá ser recolhido em até 12 prestações mensais e consecutivas, desde que respeitado o valor mínimo de 50 UFESPs para a parcela.
- e) poderá ser recolhido em até 24 prestações mensais e consecutivas, desde que respeitado o valor mínimo de 50 UFESPs para a parcela.

230. Com base na lei estadual 10.705/00, que rege o ITCMD no Estado de São Paulo, assinale a assertiva incorreta:

- a) A legítima dos herdeiros, ainda que gravada, e a doação com encargo sujeitam-se ao imposto.
- b) É isenta do imposto a transmissão *causa mortis* de imóvel, cujo valor não ultrapassar 5.000 UFESPs e os familiares beneficiados nele residam e não tenham outro imóvel.
- c) No cálculo do imposto, não serão abatidas quaisquer dívidas que onerem o bem transmitido, nem as do espólio.
- d) O valor da base de cálculo é considerado na data da abertura da sucessão, do contrato de doação ou da avaliação, devendo ser atualizado monetariamente, a partir do dia seguinte, segundo a variação da UFESP, até a data prevista na legislação tributária para o recolhimento do imposto.
- e) Na partilha de bem ou divisão de patrimônio comum, quando devido, o imposto será pago no prazo de 15 dias do trânsito em julgado da sentença ou antes da lavratura da escritura pública.

CONTABILIDADE AVANÇADA*Gilmar Possati*

231. No dia 01/12/2024, a empresa Audazes S.A. aplicou R\$ 1.000.000,00 em ativos financeiros, classificando-os da seguinte forma, de acordo com o seu modelo de negócio e as características dos fluxos de caixa:

Ativo A: R\$ 600.000,00 mensurados ao custo amortizado.

Ativo B: R\$ 400.000,00 mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ambos os títulos rendem juros de 1,5% ao mês (juros simples para o período de um mês). Em 31/12/2024, os valores justos de mercado dos títulos eram:

Ativo A: R\$ 612.000,00.

Ativo B: R\$ 408.000,00.

Os valores apresentados no Balanço Patrimonial da empresa em 31/12/2024 para o Ativo A e para o Ativo B, e o impacto total positivo no resultado do período decorrente dessas aplicações foram, respectivamente:

- a) R\$ 612.000,00; R\$ 408.000,00; R\$ 20.000,00.
- b) R\$ 609.000,00; R\$ 408.000,00; R\$ 17.000,00.
- c) R\$ 609.000,00; R\$ 406.000,00; R\$ 15.000,00.
- d) R\$ 612.000,00; R\$ 406.000,00; R\$ 18.000,00.
- e) R\$ 600.000,00; R\$ 400.000,00; R\$ 15.000,00.

232. Em 01/01/2024, a Cia. Audazes adquiriu 80% de participação na Cia. Beta por R\$ 200.000.000,00 à vista, passando a deter o seu controle. Na data da aquisição, as informações da Cia. Beta eram as seguintes:

Patrimônio Líquido Contábil: R\$ 180.000.000,00.

Valor Justo Líquido dos Ativos e Passivos Identificáveis: R\$ 220.000.000,00.

A diferença entre o valor justo e o valor contábil era decorrente de um imóvel (terreno) da Cia. Beta. Durante o ano de 2024, a Cia. Beta apurou um lucro líquido de R\$ 30.000.000,00 e distribuiu R\$ 10.000.000,00 em dividendos. Considerando as normas de Contabilidade aplicáveis, o saldo da conta Investimentos no Balanço Patrimonial individual da Cia. Audazes em 31/12/2024 foi:

- a) R\$ 216.000.000,00.
- b) R\$ 224.000.000,00.
- c) R\$ 200.000.000,00.
- d) R\$ 176.000.000,00.
- e) R\$ 184.000.000,00.

233. A NBC TG 09 — Demonstração do Valor Adicionado (DVA) estabelece que a finalidade desta demonstração é evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição durante determinado período. De acordo com a referida norma, a riqueza gerada deve ser distribuída entre agentes específicos. Assinale a opção que apresenta corretamente um item classificado no grupo de "Distribuição do Valor Adicionado":

- a) Matérias-primas e serviços de terceiros consumidos na produção.
- b) Depreciação, amortização e exaustão ocorridas no exercício.
- c) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a pagar.
- d) Resultado positivo de equivalência patrimonial do período.
- e) Receitas de vendas brutas, incluindo os impostos incidentes.

234. A Cia. Industrial Horizonte apresentou as seguintes variações patrimoniais em 2024 para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto):

Lucro Líquido do Exercício: R\$ 450.000,00

Aumento no saldo de Clientes: R\$ 60.000,00

Redução nos Estoques: R\$ 40.000,00

Aumento em Fornecedores: R\$ 30.000,00

Despesa de Depreciação: R\$ 75.000,00

Ganho na Venda de Imobilizado: R\$ 25.000,00

Considerando exclusivamente essas informações, o caixa líquido gerado pelas Atividades Operacionais em 2024 foi:

- a) R\$ 485.000,00.
- b) R\$ 510.000,00.
- c) R\$ 535.000,00.
- d) R\$ 560.000,00.
- e) R\$ 585.000,00.

235. Em 01/01/2024, uma empresa (arrendatária) celebrou um contrato de arrendamento de um equipamento por 5 anos, com pagamentos anuais de R\$ 100.000,00 ao final de cada ano. A taxa de juros implícita é de 10% ao ano e o valor presente das parcelas é R\$ 379.078,00. O equipamento tem vida útil de 5 anos e não há valor residual. No encerramento do exercício de 2024, a empresa deve reconhecer no resultado:

- a) Despesa com aluguel de R\$ 100.000,00.
- b) Despesa de juros de R\$ 37.907,80 e Despesa de Depreciação de R\$ 75.815,60.
- c) Despesa de juros de R\$ 10.000,00 e Despesa de Depreciação de R\$ 100.000,00.
- d) Despesa de juros de R\$ 37.907,80 apenas.
- e) Somente a redução do passivo de arrendamento no valor de R\$ 100.000,00.

236. A Cia. Investidora adquiriu, em 31/12/2023, 100% das ações da Cia. Alvo por R\$ 500.000,00. Na data, o Patrimônio Líquido Contábil da Cia. Alvo era R\$ 350.000,00 e o valor justo de seus ativos líquidos era R\$ 420.000,00. A diferença entre o valor justo e o contábil deve-se a marcas e patentes não registradas contabilmente. Ao consolidar as demonstrações, a Cia. Investidora apresentará Goodwill no valor de:

- a) R\$ 70.000,00.
- b) R\$ 80.000,00.
- c) R\$ 150.000,00.
- d) R\$ 50.000,00.
- e) R\$ 130.000,00.

237. A empresa Vendas Longas S.A. realizou uma venda em 01/12/2024 no valor nominal de R\$ 1.210.000,00 para recebimento em parcela única em 01/12/2026. A taxa de juros de mercado para operações similares é de 10% ao ano. De acordo com o CPC 12 (Ajuste a Valor Presente), o valor da Receita de Vendas e da Receita Financeira reconhecidas em dezembro de 2024 foram, respectivamente:

- a) R\$ 1.210.000,00 e R\$ 0,00.
- b) R\$ 1.000.000,00 e R\$ 8.333,33.
- c) R\$ 1.000.000,00 e R\$ 10.000,00.
- d) R\$ 1.100.000,00 e R\$ 9.166,67.
- e) R\$ 1.000.000,00 e R\$ 7.974,14.

238. Uma entidade possui um edifício mantido para obter rendas de aluguel e valorização de capital, classificado como Propriedade para Investimento. O custo inicial foi de R\$ 2.000.000,00. Em 31/12/2024, a empresa decide adotar o método do valor justo. O valor de mercado do imóvel na data é R\$ 2.300.000,00. De acordo com o CPC 28, a empresa deve:

- a) Manter o valor de custo e reconhecer a valorização apenas quando vender o imóvel.
- b) Registrar o ganho de R\$ 300.000,00 diretamente no Patrimônio Líquido (Ajuste de Avaliação Patrimonial).
- c) Reconhecer o ganho de R\$ 300.000,00 no resultado do período.
- d) Reclassificar o imóvel para o Ativo Imobilizado obrigatoriamente.
- e) Depreciar o imóvel com base no novo valor de R\$ 2.300.000,00.

239. No dia 01/12/2024, a empresa Beta aplicou R\$ 500.000,00 em um título financeiro com taxa de 1% ao mês. A empresa tem o objetivo de manter o ativo para receber fluxos de caixa contratuais (principal e juros) e classifica o título como mensurado ao "Custo Amortizado". Em 31/12/2024, o valor justo do título no mercado era R\$ 508.000,00. O valor contábil do título no Balanço Patrimonial de 31/12/2024 será:

- a) R\$ 500.000,00.
- b) R\$ 505.000,00.
- c) R\$ 508.000,00.
- d) R\$ 503.000,00.
- e) R\$ 513.080,00.

240. A Cia. Inovação recebeu do governo estadual uma doação de um terreno em 01/01/2024 para construção de uma fábrica, sob a condição de gerar 200 empregos por 5 anos. O valor justo do terreno na data era R\$ 1.000.000,00. Segundo o CPC 07, no momento inicial, a empresa deve:

- a) Reconhecer uma Receita de Doação no valor de R\$ 1.000.000,00.
- b) Registrar o terreno no Ativo e um Passivo (Receita Diferida) pelo mesmo valor.
- c) Registrar o terreno no Ativo e uma Reserva de Capital no Patrimônio Líquido.
- d) Não contabilizar o terreno até que a condição de 5 anos seja cumprida.
- e) Registrar o terreno pelo valor simbólico de R\$ 1,00.

241. Em 31/12/2024, a Cia. Controladora detém 60% da Cia. Controlada. Durante 2024, a Controlada vendeu mercadorias para a Controladora por R\$ 100.000,00, com margem de lucro de 20%. No encerramento do ano, a Controladora ainda possuía 50% dessas mercadorias em seu estoque. No cálculo da Equivalência Patrimonial (MEP), a Controladora deverá:

- a) Ignorar a transação, pois o lucro foi da controlada.
- b) Reduzir o lucro da controlada em R\$ 20.000,00 antes de aplicar os 60%.
- c) Reduzir o lucro da controlada em R\$ 10.000,00 antes de aplicar os 60%.
- d) Somar R\$ 10.000,00 ao valor do investimento.
- e) Eliminar 100% do lucro da venda (R\$ 20.000,00) do seu próprio resultado.

242. Uma empresa brasileira possui uma subsidiária no exterior cuja moeda funcional é o Dólar (USD). Ao final do exercício, para fins de consolidação, os ativos e passivos da subsidiária devem ser convertidos para Reais (BRL) utilizando:

- a) A taxa de câmbio histórica da data de aquisição dos ativos.
- b) A taxa de câmbio média do período para todas as contas.
- c) A taxa de câmbio de fechamento na data do balanço.
- d) A taxa de câmbio prevista para o próximo exercício.
- e) O custo histórico ajustado pela inflação do país de origem.

243. A Cia. Errata descobriu, em 2024, que não contabilizou uma despesa de R\$ 50.000,00 referente ao ano de 2023. De acordo com o CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), a empresa deve:

- a) Reconhecer a despesa como "Ajustes de Exercícios Anteriores" no resultado de 2024.
- b) Retificar o erro retrospectivamente, ajustando o saldo inicial de lucros acumulados de 2024 e reapresentando as colunas comparativas de 2023.
- c) Lançar a despesa como despesa operacional comum em 2024, por ser valor imaterial.
- d) Alterar a política contábil para despesas, de modo a evitar novos erros.
- e) Reconhecer apenas em nota explicativa, sem alterar os números do balanço.

244. Com base no CPC 28 — Propriedade para Investimento, a classificação de um ativo imobiliário depende da finalidade para a qual ele é mantido pela entidade. De acordo com as definições e exemplos de classificação deste pronunciamento, assinale a alternativa que apresenta um item corretamente classificado como Propriedade para Investimento:

- a) Imóvel mantido para venda no curso ordinário do negócio ou em processo de construção para tal venda.
- b) Edifício de propriedade da entidade (ou direito de uso de edifício mantido pela entidade) arrendado a terceiros sob um ou mais arrendamentos operacionais.
- c) Imóvel ocupado pelo proprietário para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços.
- d) Imóvel em construção ou desenvolvimento por conta de terceiros no âmbito de um contrato de prestação de serviço de construção.
- e) Edifício ocupado por funcionários da entidade, independentemente de eles pagarem aluguéis a taxas de mercado ou não.

245. A Cia. Globalizada, empresa brasileira cuja moeda funcional é o Real (BRL), possui uma subsidiária integral na Argentina, a Cia. Pampa, cuja moeda funcional é o Peso Argentino (ARS). Ao final do exercício de 2024, para fins de consolidação das demonstrações contábeis em Reais no Brasil, a Cia. Globalizada deve proceder à conversão das demonstrações da Cia. Pampa. De acordo com o CPC 02, os critérios de conversão que devem ser aplicados são:

- a) Ativos e passivos devem ser convertidos pela taxa de câmbio histórica da data da transação; receitas e despesas pela taxa de fechamento.
- b) Ativos e passivos devem ser convertidos pela taxa de fechamento; receitas e despesas devem ser convertidas pelas taxas de câmbio das datas das transações (ou taxa média, como simplificação).
- c) Todas as contas do balanço e do resultado devem ser convertidas pela taxa média do período, visando evitar distorções cambiais.
- d) As variações cambiais resultantes da conversão devem ser reconhecidas diretamente no resultado do período como "Variações Monetárias Ativas ou Passivas".
- e) O patrimônio líquido da subsidiária deve ser convertido integralmente pela taxa de fechamento, incluindo o Capital Social e as Reservas.

CONTABILIDADE DE CUSTOS*Silvio Sande*

246. Uma entidade produz e vende relógios.

Em 01/01/2022, o valor do estoque inicial de relógios era de R\$ 50.000.

No ano de 2022, foram reconhecidos os seguintes custos na produção dos relógios:

Matéria prima: R\$ 250.000

Mão de obra direta: R\$ 100.000

Mão de obra indireta: R\$ 50.000

Aluguel da fábrica: R\$ 40.000

Depreciação da máquina: R\$ 20.000

Energia: R\$ 30.000

Assinale a opção que indica os custos de transformação, considerando que em 31/12/2022, o valor do estoque de relógios era de R\$ 20.000.

- a) R\$ 490.000.
- b) R\$ 240.000.
- c) R\$ 210.000.
- d) R\$ 190.000.
- e) R\$ 150.000.

247. A Industrial S2 iniciou a produção de 12.500 unidades de seu único produto. No final do período, o setor de produção informou que 10.000 unidades foram acabadas e transferidas para o estoque de produtos acabados e 2.500 unidades não foram concluídas. Sabe-se que não existia estoque de produtos acabados e em elaboração no início do período.

Os custos incorridos no período totalizaram R\$957.500,00 (R\$500.000,00 de matéria-prima; R\$345.000,00 de mão de obra direta e R\$112.500,00 de custos indiretos de produção). Sabe-se que as unidades em elaboração absorveram 100% da matéria-prima, 60% da mão de obra direta e 50% dos custos indiretos de produção.

Com base nas informações apresentadas, marque a opção CORRETA que evidencie o saldo da conta de Produtos em Elaboração:

- a) R\$200.000,00.
- b) R\$157.500,00.
- c) R\$142.500,00.
- d) R\$143.900,00.
- e) R\$158.800,00

248. Uma empresa fabrica e vende seringas. Cada seringa tem custo variável unitário de R\$0,40 e é vendida por R\$1,00. Além disso, a empresa incorre mensalmente nos seguintes custos e despesas fixas:

- Aluguel da fábrica: R\$10.000
- Salários dos funcionários da fábrica: R\$30.000
- Depreciação das máquinas: R\$6.000
- Salários dos representantes de vendas: R\$20.000
- Depreciação dos computadores utilizados pelos representantes de vendas: R\$3.000
- Depreciação do veículo utilizado para entrega: R\$4.000

Assinale a alternativa que indique o ponto de equilíbrio financeiro da empresa em unidades de seringas.

- a) 66.667
- b) 76.667
- c) 78.333
- d) 100.000
- e) 121.667

249. Uma fábrica produz e vende notebooks. Cada notebook é vendido por R\$ 4.000 e incorre em custos de R\$1.600. Ainda, a fábrica reconhece mensalmente custos e despesas fixas de, respectivamente, R\$360.000 e R\$120.000. Em dezembro de X0, a fábrica produziu e vendeu 250 notebooks.

Assinale a opção que indica a margem de segurança da fábrica neste mês.

- a) 20,00%.
- b) 25,00%.
- c) 30,00%.
- d) 35,00%.
- e) 40,00%.

250. Analise os dados a seguir referentes a uma fábrica que utiliza o Sistema de Custeio-padrão na produção de colchões.

I - Quantidade padrão por produto:

Matéria-prima - 3 kg a R\$ 100,00 por kg

Mão de obra direta - 4 h a R\$ 6,00 por hora

II - Dados compilados em relação ao desempenho real:

Unidades reais produzidas - 1.000

Kg de recursos comprados e utilizados - 3.500

Preço por kg - R\$ 95,00

Horas reais - 6.000 h

Custo de mão de obra - R\$ 42.000,00

A partir dos dados acima, calcule as variações mistas da matéria-prima e da mão de obra direta, respectivamente, indicando se cada uma delas é favorável ou desfavorável.

- a) R\$2(favorável) e R\$2,5(desfavorável)
- b) R\$2(desfavorável) e R\$2,5(favorável)
- c) R\$2,5(desfavorável) e R\$2(desfavorável)
- d) R\$2,5(favorável) e R\$2(desfavorável)
- e) NULA

FLUÊNCIA DE DADOS

Emannuelle Gouveia

251. Em relação aos princípios fundamentais da segurança da informação, assinale a alternativa correta.

- a) Confidencialidade refere-se à garantia de que as informações estejam sempre disponíveis, mesmo diante de falhas ou incidentes.
- b) Integridade diz respeito à proteção contra alterações não autorizadas, assegurando que os dados permaneçam completos e corretos.
- c) Disponibilidade está relacionada à prevenção contra acessos indevidos, garantindo que apenas usuários autorizados tenham acesso às informações.
- d) Autenticidade é o princípio que assegura que os dados estarão sempre acessíveis no momento em que forem necessários pelos usuários.
- e) Confidencialidade é atingida unicamente por meio de backups, que asseguram a restauração de dados em caso de perda.

252. Em relação à estrutura, organização e uso de dados no contexto atual, assinale a alternativa correta.

- a) Dados estruturados são compostos por informações em formato fixo e tabelar, como registros em SGBDs relacionais, enquanto dados não estruturados incluem textos, imagens, áudios e vídeos.
- b) Dados abertos são conjuntos de informações disponibilizados apenas em formato proprietário, geralmente restrito a softwares pagos.
- c) O tratamento de dados corresponde exclusivamente ao processo de coleta, não abrangendo etapas como limpeza, integração e transformação.
- d) A visualização de dados é uma etapa opcional e sem relevância no processo analítico, pois não auxilia na interpretação dos resultados.
- e) O armazenamento de dados não estruturados só pode ser feito em bancos de dados relacionais, uma vez que estes são universais para qualquer tipo de dado.

253. Sobre bancos de dados relacionais, analise as assertivas a seguir:

- I. As tabelas armazenam os dados em linhas e colunas, e os relacionamentos entre elas são definidos por chaves estrangeiras, garantindo integridade referencial.
- II. Uma visão (view) é uma tabela física criada para armazenar resultados intermediários de consultas SQL, melhorando o desempenho de análise.
- III. Os índices são estruturas que aceleram a busca por registros, mas podem aumentar o custo de inserções e atualizações.
- IV. Uma chave estrangeira é usada para identificar de forma única cada linha dentro de uma tabela, devendo ser exclusiva e não nula.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

254. A linguagem SQL (Structured Query Language) é amplamente usada em análises de dados para extrair, transformar e consolidar informações a partir de bancos relacionais. Considerando o uso analítico do SQL, assinale a alternativa correta.

- a) O comando GROUP BY é utilizado exclusivamente para ordenar o resultado de uma consulta, substituindo a necessidade da cláusula ORDER BY.
- b) As funções de agregação, como SUM() e AVG(), só podem ser aplicadas a colunas de texto, desde que convertidas com a função CAST().
- c) O operador INNER JOIN retorna todos os registros de ambas as tabelas, mesmo que não haja correspondência entre as chaves envolvidas.
- d) A função ROUND() é usada para calcular o somatório de valores, ignorando registros nulos.
- e) A cláusula WITH, também chamada de CTE (Common Table Expression), permite criar consultas intermediárias nomeadas, úteis para organizar cálculos complexos em análises de dados.

255. Sobre técnicas de aprendizado de máquina, assinale a alternativa correta.

- a) O agrupamento (clustering) é um método supervisionado que depende de rótulos previamente definidos para separar os dados em classes conhecidas.
- b) A classificação é uma técnica não supervisionada, usada para organizar dados em grupos sem a necessidade de categorias previamente estabelecidas.
- c) A detecção de anomalias busca identificar padrões que se desviam significativamente do comportamento esperado nos dados, sendo útil em áreas como segurança da informação e análise de fraudes.
- d) O clustering não pode ser aplicado em grandes volumes de dados, pois é restrito a pequenos conjuntos em memória.
- e) A classificação não permite prever categorias para novos exemplos, servindo apenas para analisar dados já existentes.

256. O modelo CRISP-DM (Cross Industry Standard Process for Data Mining) define um conjunto de etapas que orientam o desenvolvimento de projetos de mineração e análise de dados. Considerando suas fases e características, assinale a alternativa correta.

- a) A fase de compreensão dos dados envolve o teste e a validação de modelos preditivos para mensurar sua precisão e desempenho.
- b) A fase de avaliação ocorre antes da modelagem e tem como objetivo selecionar as variáveis e realizar a limpeza dos dados coletados.
- c) A fase de preparação dos dados inclui atividades como limpeza, transformação, integração e seleção dos atributos que serão usados na modelagem.
- d) Na fase de implantação, os resultados obtidos são apenas documentados, não sendo necessária sua implementação em ambiente produtivo.
- e) A compreensão do negócio é a última fase do CRISP-DM e tem como foco o monitoramento contínuo do modelo implantado.

257. O termo Big Data refere-se ao conjunto de tecnologias e práticas destinadas ao tratamento de grandes volumes de dados, frequentemente heterogêneos e gerados em alta velocidade. Considerando seus conceitos, premissas e aplicações, assinale a alternativa correta.

- a) O conceito de Big Data limita-se ao aumento do volume de armazenamento digital, sem impacto direto na análise ou na tomada de decisão.
- b) As chamadas “três dimensões do Big Data” — volume, variedade e veracidade — expressam a capacidade de representar dados de diferentes formatos em tempo real.
- c) As aplicações de Big Data restringem-se a ambientes científicos e de pesquisa, sendo inviáveis em setores empresariais por questões de custo e escalabilidade.
- d) O Big Data abrange não apenas o grande volume de dados, mas também a velocidade de geração e

variedade de fontes, exigindo ferramentas como Hadoop e Spark para processamento distribuído.

- e) O conceito de Big Data é incompatível com dados não estruturados, uma vez que depende de bancos de dados relacionais tradicionais.

258. Tarefas como: estabelecer políticas de governança de dados, monitorar acesso e uso de dados e fornecer treinamento de dados, geralmente, são funções atribuídas ao:

- a) cientista de dados
- b) data stewardship.
- c) analista de banco de dados.
- d) analista de negócios.
- e) consumidor de dados.

259. Para aumentar a qualidade dos dados, muitas vezes são adotadas técnicas de Data Cleaning. Sobre elas é correto afirmar:

- a) Não deve ser utilizada em grandes negócios, pois pode ser considerada como uma etapa desnecessária para a tomada de decisão
- b) É uma técnica muito usada pelos bancos de dados no processamento de dados estruturados
- c) Deve ser adotada para todas as soluções de pequenos volumes de dados
- d) Consiste em um processo de eliminação de dados inválidos, “sujos” ou pouco informativos.
- e) Exige a montagem e criação de uma outra base de dados para o seu armazenamento.

260. No teorema CAP o banco que entrega consistência e tolerância de partição em detrimento da disponibilidade é o:

- a) Banco de dados ca
- b) Banco de dados cp
- c) Banco de dados ap
- d) Banco de dados pa
- e) Banco de dados pp

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>